

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

SABRINA JOVINA BATISTA

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA E COMPARATIVA DOS
BALANÇOS PATRIMONIAIS DAS COMPANHIAS SADIA S.A E PERDIGÃO S.A
ANTES E DEPOIS DA INCORPORAÇÃO NO ANO DE 2009

Florianópolis
2010

SABRINA JOVINA BATISTA

**ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA ECOMPARATIVA DOS
BALANÇOS PATRIMONIAIS DAS COMPANHIAS SADIA S.A E PERDIGÃO S.A
ANTES E DEPOIS DA INCORPORAÇÃO NO ANO DE 2009**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Loreci João Borges, Dr.

Florianópolis

2010

SABRINA JOVINA BATISTA

**ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA E COMPARATIVA DOS
BALANÇOS PATRIMONIAIS DAS COMPANHIAS SADIA S.A E PERDIGÃO S.A
ANTES E DEPOIS DA INCORPORAÇÃO NO ANO DE 2009**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão de curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota final _____ atribuída pela banca examinadora constituída pelo orientador e membros abaixo:

Florianópolis, 29 de junho de 2010.

Professora Valdirene Gasparetto, Dra.
Coordenadora de Monografias do Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Professores que compuseram a banca:

Professor Orientador: Loreci João Borges, Dr.
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Professor Erves Ducati, Me.
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Professor Joaquim José de Santanna, Me.
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

RESUMO

BATISTA, Sabrina Jovina. *Análise Econômico-Financeira e Comparativa dos Balanços Patrimoniais das Companhias Sadia S.A e Perdigão S.A antes e depois da Incorporação no ano de 2009*. Monografia (Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010, 105 páginas.

A recente crise econômica mundial que teve seu auge no ano de 2008, impulsionou um dos maiores casos de fusão da história no Brasil. A incorporação da Sadia S.A à Perdigão S.A resultou na segunda maior potência do agro negócio do cenário brasileiro, a Brasil Foods S.A, que já nasceu com o título de “Grande Multinacional Brasileira”. O fato despertou a curiosidade e gerou a necessidade de saber se a união em questão foi um bom negócio para as empresas. Através da análise dos balanços das companhias nos exercícios de 2007 e 2008, comparados com o balanço da Brasil Foods no ano 2009, em conjunto com a análise comparativa dos índices econômico-financeiros entre as empresa em estudo e o setor de agronegócio observa-se que a união foi positiva e rentável para ambas as empresas, porém, o resultado obtido através desta união não foi suficientemente satisfatório dado que tais índices, embora melhores, não chegaram a atingir a média do setor no mesmo período.

Palavras – chave: Balanço Patrimonial, Incorporação, Análise das Demonstrações.

À minha família e amigos, pelo carinho e incentivo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus e a Nossa Senhora, por ter sido minha força maior, por não ter me deixado nos momentos de desespero e aflição além de ter me dado saúde e força pra ter chegado ao final deste curso e especialmente desta monografia.

Agradeço aos meus pais, João e Jovina, além de meu irmão, Samuel, que me incentivaram a todo momento e com quem sempre tive a oportunidade de dividir as minhas alegrias e tristezas durante o tempo que estive nesta Universidade.

Agradeço ao meu namorado Fernando, que me acompanhou durante toda a trajetória, que sempre foi meu melhor ombro amigo e de apoio nas horas em que mais precisei. Que soube com maturidade e paciência compreender as minhas ausências e crises de mau humor, e nem por isso deixou de estar ao meu lado.

Agradeço aos meus queridos amigos da UFSC, em especial as minhas amigas Mari, Mel, Carol e Jú, além do meu amigo Bruno. Eles foram meu ponto de equilíbrio durante muito tempo, com eles reafirmei a importância e o verdadeiro valor que existe nas boas amizades.

Agradeço a Tamara, minha amiga desde a infância, que ajudou no meu maior momento de apuro. Felizmente ela me fez lembrar que amigos de verdade nem tempo nem distância separa.

Agradeço aos amigos do TCE, em especial aos da ASTC, que me incentivaram a estudar e sempre me deram todo o apoio e compreensão necessária nos momentos que precisei.

Agradeço ao professor Loreci, pelas idéias e sabedoria a mim repassado, me ajudando na realização deste trabalho.

Aos demais amigos, não menos importantes, agradeço todo o apoio e incentivo que recebi durante esta caminhada.

Em fim, muito obrigada.

“ Nunca jamais desanimeis embora venham ventos contrários”

Santa Paulina

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Principais aspectos revelados pelos índices financeiros	54
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – LOB	73
Gráfico 2 - LOL.....	75
Gráfico 3 – LOF	77
Gráfico 4 - G.A.....	79
Gráfico 5 - ML.....	81
Gráfico 6 - ROI.....	84
Gráfico 7 - RCI.....	86
Gráfico 8 - ROT.....	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Análise Vertical do Balanço Patrimonial	50
Quadro 2 - Análise Vertical da DRE	51
Quadro 3 - Análise Vertical de Balanço Patrimonial	52
Quadro 4 - Análise vertical da DRE	53
Quadro 5 - Memória de Cálculo LOB	72
Quadro 6- Índices LOB	73
Quadro 7 - Memória de Cálculos de LOL	74
Quadro 8 - Índices LOL.....	75
Quadro 9 - Memória de Cálculos LOF	76
Quadro 10 - Índices LOF.....	77
Quadro 11 – Memória de Cálculos Giro do Ativo	78
Quadro 12 - Índices G.A.....	79

Quadro 13- Memória de Cálculos do G.A.....	80
Quadro 14 - Índices de Margem Líquida.....	81
Quadro 15- Memória de Cálculos de ROI.....	83
Quadro 16 – ROI	83
Quadro 17 - Memorial de Cálculos de RCI.....	85
Quadro 18 - Índices de RCI.....	85
Quadro 19 - Memorial de Cálculo de ROI	87
Quadro 20 - Índices ROT	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Balanço Patrimonial da SADIA (milhares de reais)	65
Tabela 2 - Balanço Patrimonial da BRASIL FOODS (em milhares de reais)	67
Tabela 3 - Demonstração do Resultado do Exercício - SADIA S.A (em milhares de reais) ..	69
Tabela 4 - Demonstração do Resultado do Exercício – BRASIL FOODS S.A (em milhares de reais)	70

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

S.A	Sociedade Anônima
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
CADE	Conselho administrativo de Defesa Econômica
RIR	Regulamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
CPC	Comitê de Pronunciamentos Técnicos
ARPL	Ativo Realizável a Longo Prazo
BP	Balanço Patrimonial
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DFC	Demonstração do Fluxo de Caixa
DVA	Demonstração do valor Adicionado
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DLPA	Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados
LOB	Lucratividade Operacional Bruta
LOL	Lucratividade Operacional Líquida
LOF	Lucratividade Operacional Final
GA	Giro do Ativo
ML	Margem Líquida
ROI	Rentabilidade do Ativo
RCI	Retorno do capital Investido
ROT	Retorno do Capital Próprio

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	12
1.2	TEMA E PROBLEMA	13
1.3	OBJETIVOS	14
1.3.1	Objetivo geral	14
1.3.2	Objetivos específicos.....	14
1.4	JUSTIFICATIVA.....	15
1.5	METODOLOGIA	15
1.5.1	Metodologia da Pesquisa.....	15
1.5.2	Metodologia Aplicada	16
1.6	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	17
1.7	ESTRUTURA E DESCRIÇÃO DOS CAPÍTULOS	17
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
2.1	FUSÃO E INCORPORAÇÃO.....	19
2.1.1	Conceitos	19
2.1.2	Objetivos e Razões das Reorganizações	19
2.1.3	Procedimentos Legais.....	20
2.1.4	Aspectos Fiscais e Tributários.....	22
2.1.5	Aspectos Contábeis	24
2.2	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	24
2.2.1	BP - Balanço Patrimonial	26
2.2.2	DRE – Demonstração do Resultado do Exercício.....	37
2.2.3	DFC - Demonstração do Fluxo de Caixa	40
2.2.4	DVA – Demonstração do Valor Adicionado	42
2.2.5	DLPA - Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados	44
2.2.6	DMPL – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	45
2.2.6	Notas Explicativas.....	47
2.2.7	Parecer dos Auditores.....	48
2.2.8	Relatório da Administração.....	48
2.3	ANÁLISE DE BALANÇOS.....	49
2.3.1	Análise Vertical.....	50

2.3.2	Análise Horizontal.....	51
2.3.3	Análise Através de Índices (Econômico-financeiros)	53
2.4	A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL.....	60
3	ESTUDO DE CASO.....	61
3.1	APRESENTAÇÃO DAS EMPRESAS	61
3.1.1	Sadia S.A.....	61
3.1.2	Perdigão S.A.....	62
3.1.3	BRF- Brasil Foods S.A.....	62
3.2	PADRONIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	64
3.2.1	Balanco Patrimonial da SADIA - Padronizado.....	64
3.2.2	Balanco Patrimonial da BRF – BRASIL FOODS - Padronizado	66
3.2.3	Demonstração do Resultado do Exercício da SADIA – Padronizado.....	68
3.2.4	Demonstração de Resultado do Exercício da BRASIL FOODS – Padronizado.....	69
3.3	COLETA DE DADOS	71
3.4	APLICAÇÃO DOS ÍNDICES E DIAGNÓSTICOS	71
3.4.1	Indicadores de Lucratividade	71
3.4.2	Indicadores de Rentabilidade	78
3.5	COMPARATIVO COM O SETOR.....	89
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
4.1	QUANTO AOS OBJETIVOS	90
4.2	QUANTO AO PROBLEMA	90
4.3	RECOMENDAÇÕES	91
	REFERÊNCIAS	93
	ANEXO A.....	98
	ANEXO B.....	100
	ANEXO C.....	101
	ANEXO D.....	102
	ANEXO E.....	103
	ANEXO F	104
	ANEXO G.....	105

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresentam-se as considerações iniciais, tema e problema, os objetivos gerais e específicos, a justificativa, a metodologia e trajetória metodológica, limitações da pesquisa, estrutura e descrição dos capítulos desta monografia.

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A mais recente crise econômica internacional teve seu auge no ano de 2008 e acelerou o processo de concentração de mercado em alguns setores da economia. No Brasil, essa aceleração teve como resultado os mais diversos processos de fusão, incorporação e até mesmo falências em vários setores industriais.

Os meios de comunicação incansavelmente apresentaram freqüentes notícias sobre as negociações entre as mais importantes companhias do cenário nacional e internacional.

Toda essa movimentação despertou o interesse da maioria dos investidores, levando-os a questionar se as companhias onde aplicavam seu dinheiro continuariam ou não com capacidade de oferecer retorno ao capital nelas investido.

Como ferramenta de estudo de investimento, a análise de balanço colabora com o fornecimento de informações obtidas através de indicadores econômico-financeiros, permitindo que os usuários destas informações verifiquem a atual situação da empresa e avaliem tendências, ameaças e oportunidades futuras.

Com isto, destaca-se a importância da relação existente entre os investidores e a análise de balanços. Segundo Iudícibus (2008, p.3):

O relacionamento entre os vários itens do balanço e das demais peças contábeis publicadas também é de grande interesse para os investidores, de maneira geral. Numa economia de mercado bastante desenvolvida, uma razoável parcela dos motivos que levam o investidor a adquirir ações da empresa A e/ou da empresa B reside nos resultados da análise realizada com relação aos balanços das empresas, demais peças contábeis e avaliação das perspectivas do empreendimento.

A correta interpretação das informações oferecidas pela contabilidade é de vital importância para a tomada de decisões dos investidores, além de credores, acionistas e agentes governamentais. Para a gerência de uma empresa ou companhia, ela não é menos importante.

Segundo Iudícibus (1995, p. 19) “para a gerência, a análise de balanço faz mais sentido quando, além da função de informar o posicionamento relativo e a evolução de vários grupos contábeis, também serve como um painel geral de controle da administração”.

Visto que a análise de balanços é uma ferramenta utilizada por diversos usuários das informações contábeis, destaca-se a importância de que os relatórios resultantes das análises apresentem uma linguagem acessível a todos os níveis de entendimento, para que possam ser bem interpretados por todos, desde o mais leigo ao maior conhecedor do assunto.

Ao contrário das demonstrações financeiras, os relatórios de análise devem ser elaborados como se fossem dirigidos a leigos, ainda que não o sejam,, isto é, sua linguagem deve ser inteligível por qualquer dirigente de nível médio da empresa,... (Matarazzo, 1993, p. 23).

Neste sentido, a análise de balanços, munida da apresentação de índices obtidos por meio de indicadores econômico-financeiros, se faz aliada das verificações de resultados das companhias que sofreram processos de fusão ou incorporação.

1.2 TEMA E PROBLEMA

A Análise das Demonstrações Contábeis de uma empresa, seja ela de pequeno porte, ou uma grande potência é uma das ferramentas para o processo de tomada de decisões nas organizações.

As Demonstrações Contábeis fornecem uma série de dados, e estes quando corretamente interpretados transformam-se por fim em importantes informações.

Com isso, esta pesquisa pretende analisar os índices obtidos através dos Balanços Patrimoniais das companhias Sadia S.A e Perdigão S.A durante dois exercícios e compará-los com os índices obtidos através do Balanço Patrimonial da Brasil Foods S.A no ano de 2009, primeiro exercício da companhia resultante do processo de incorporação das duas primeiras.

Diante desta situação, pretende-se responder a seguinte pergunta:

Foram positivos e rentáveis os resultados obtidos após o processo de incorporação envolvendo as companhias Sadia S.A e Perdigão S.A?

1.3 OBJETIVOS

Na presente monografia, através da ferramenta da análise, é realizado um estudo comparativo entre as Demonstrações Contábeis, em especial os Balanços Patrimoniais das Companhias Sadia S.A, Perdigão S.A e Brasil Foods S.A, nova nomenclatura da Perdigão a partir do ano de 2009.

A análise comparativa dos índices e dados destes balanços mostra os efeitos resultantes da companhia Brasil Foods S.A, e indica os resultados foram positivos ou negativos no primeiro ano da união entre duas das principais empresas de agronegócio do contexto brasileiro.

1.3.1 Objetivo geral

A contabilidade tem como função fornecer informações úteis aos seus usuários como ferramenta auxiliar às tomadas de decisões. Neste contexto, são os relatórios contábeis que identificam a situação econômico-financeira de uma empresa, evidenciando sua capacidade em gerar lucros e outras informações.

Diante do exposto, busca-se verificar a lucratividade e a rentabilidade através dos dados dos Balanços Patrimoniais da Sadia S.A e Perdigão S.A nos anos de 2007 e 2008 e compará-los com os dados do Balanço Patrimonial do ano de 2009 da Brasil Foods S.A, além de comparar os índices em estudo com o setor do agronegócio.

1.3.2 Objetivos específicos

- Conceituar Fusão e Incorporação, Objetivos e Razões das Reorganizações, Procedimentos Legais, Aspectos Contábeis, Fiscais e Tributários no processo de fusão e incorporação;
- Apresentar tipos de índices e quocientes e suas diferenças;
- Apresentar as Demonstrações Contábeis exigidas pela Legislação Societária;
- Calcular os indicadores financeiros e econômicos utilizados no estudo de caso;
- Apresentar os resultados obtidos nesta monografia através de tabelas e gráficos.

1.4 JUSTIFICATIVA

O mercado está deparando-se com uma nova fase nos negócios e uma nova forma de estratégia, na qual os interesses dos empresários começam a dividir espaço com os investidores, fornecedores e a população consumidora dos produtos das referidas empresas.

Segundo Fontão (2009, p.18) “Sabe-se que o dinheiro é o produto mais caro do mundo...” e com isso todos querem saber onde é o melhor lugar para aplicá-lo. A análise de mercado e o estudo das finanças das companhias direcionam o usuário a uma assertiva tomada de decisão em seus negócios.

A contabilidade é de extrema importância nesse contexto, pois disponibiliza os instrumentos para análise dos resultados das empresas. No caso em estudo, os resultados anteriores e posteriores ao processo de incorporação envolvendo duas das maiores companhias de agronegócio brasileiro.

1.5 METODOLOGIA

Esta sessão se constitui de três partes. Na primeira fazem-se considerações sobre a metodologia da pesquisa. Na segunda, mostra-se a metodologia aplicada na presente pesquisa. Na terceira seção, evidenciam-se as limitações do presente trabalho.

1.5.1 Metodologia da Pesquisa

Uma monografia diferencia-se de outros trabalhos acadêmicos pelo tratamento dado a um tema ou problema específico, ou seja, está intimamente ligada aos objetivos propostos para a sua elaboração.

“A característica essencial da monografia é a forma de estudo de um tema delimitado, uma atualidade e originalidade acompanhada de sua contribuição importante para ampliação do conhecimento específico” (OLIVEIRA, 2001, p. 236).

A escolha do tema surgiu de uma iniciativa pessoal após a observação do cenário econômico nacional e exposições feitas em sala de aula sobre a união entre as companhias Sadia e Perdigão pelo professor Me. Pedro Moreira, durante as aulas de Administração Financeira aplicada à Contabilidade no segundo semestre de 2009.

1.5.2 Metodologia Aplicada

Com o intuito de alcançar o objetivo geral deste trabalho, que é o de analisar os resultados da união das Companhias do ramo alimentício, Sadia S.A e Perdigão S.A, algumas etapas dever ser cumpridas.

A primeira etapa compreende a coleta e análise do material bibliográfico disponível, com a finalidade de elaborar a fundamentação teórica, além pesquisa nos sítios eletrônicos das próprias companhias para obtenção dos dados necessários à análise em estudo.

Em seguida pretende-se, através de uma pesquisa de estudo de caso, fazer o levantamento e a coleta de dados, cálculo de quocientes contábeis com base em seus demonstrativos e suas respectivas análises.

O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados (GIL, 1999, p.73).

No presente estudo de caso são abordados e analisados os dados dos balanços patrimoniais das companhias nos anos de 2007, 2008 e 2009, com o auxílio das informações fornecidas pelos relatórios do Conselho de Administração, Diretoria e Notas Explicativas disponibilizados pela BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo em seu sítio eletrônico.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa tem caráter quantitativo, pois se faz necessário o cálculo de determinadas porcentagens para que assim seja feita a análise dos itens que compõem as Demonstrações Contábeis.

Sobre a abordagem quantitativa:

Caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficientes de correlação, análise de regressão etc. (RICHARDSON, 1999, p.70)

No entanto, no que trata a parte interpretativa, esta monografia enquadra-se como uma pesquisa qualitativa, como fonte de informações teóricas. Para que haja uma melhor compreensão dos resultados obtidos tem caráter qualitativo.

Richardson (1999, p.70) menciona que “os estudos empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

Diante do exposto, observa-se o uso das abordagens quantitativas e qualitativas, na obtenção e análise dos dados respectivamente.

1.6 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A elaboração desta monografia baseia-se nas demonstrações contábeis dos anos de 2007 e 2008 das Companhias Sadia S.A e Perdigão S.A, e nas respectivas demonstrações da Companhia Brasil Foods S.A no exercício do ano de 2009. Além das referidas demonstrações, como forma de auxílio nos estudos, foram utilizados também relatórios da Administração, Parecer dos Auditores Independentes e Notas Explicativas.

Neste trabalho, o foco está nos dados obtidos no Balanço Patrimonial, as outras informações contábeis auxiliam na interpretação dos dados inerentes aos objetivos expostos neste primeiro capítulo.

Devido à natureza dos itens analisados ser ampla, realiza-se uma seleção contendo os materiais específicos sobre o tema apresentado, tanto para a fundamentação teórica, quanto para o auxílio e compreensão na análise dos resultados alcançados.

São feitas as análises vertical e horizontal dos balanços patrimoniais bem como realizam-se cálculos com a finalidade de obtenção de índices financeiros e econômicos apresentados ao longo deste trabalho. Os indicadores utilizados na execução de estudo deste trabalho são os de Lucratividade e Rentabilidade.

1.7 ESTRUTURA E DESCRIÇÃO DOS CAPÍTULOS

Com a finalidade de atender ao objetivo desta monografia, este trabalho inicia-se com um resumo, seguido do sumário, e seu conteúdo é estruturado em três capítulos.

O primeiro capítulo faz a apresentação das considerações iniciais, composta pelo tema e problema, exposição do objetivo geral e dos específicos, a justificativa, a metodologia da pesquisa e metodologia aplicada, as limitações da pesquisa e a estrutura do trabalho.

O segundo capítulo apresenta a fundamentação teórica que serve como base de conhecimento para a interpretação dos dados apresentados no capítulo três. Inicialmente esse capítulo traz a apresentação dos conceitos, normas e legislação dos termos fusão e incorporação; seguido dos conceitos, tipos e análises das demonstrações contábeis; além da exposição dos índices que são utilizados no decorrer deste trabalho.

O terceiro capítulo é destinado à parte prática do estudo. São caracterizadas as empresas temas do trabalho, apresentadas as informações dos balanços patrimoniais pesquisados e realizada a análise de balanço.

Ao final, apresentam-se as considerações finais e conclusões desta monografia, respondendo às questões iniciais do trabalho e apresentando recomendações para futuros estudos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo são abordados os principais conceitos para a compreensão do tema proposto e para o auxílio da análise dos dados obtidos no estudo de caso

2.1 FUSÃO E INCORPORAÇÃO

Esta seção apresenta os conceitos, motivos, procedimentos legais, aspectos tributários, fiscais e contábeis dos processos de fusão e incorporação.

2.1.1 Conceitos

Fusão de empresas é uma operação de ordem financeira e jurídica que une duas ou mais sociedades, de mesmo segmento jurídico ou diferente. Na fusão há a aglutinação de patrimônios, o que gera uma nova face empresarial jurídica. Segundo a Lei nº 6.404/76, no art.228, “A fusão é a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações.”

O artigo 227 da Lei 6.404/76 diferencia incorporação de fusão ao colocar que “incorporação é a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhe sucede em todos os direitos e obrigações”.

A legislação que ampara e regulamenta a reorganização empresarial no Brasil é a Lei nº 6.404/76, também conhecida como Lei das S.A.s, e a Lei nº 8.884/94, que dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, além do Código Civil (a partir do art. 1.113).

2.1.2 Objetivos e Razões das Reorganizações

A fusão e a incorporação são modalidades de reorganização de sociedades, previstas em lei, que permite às empresas, a qualquer tempo, promover as reformulações que lhes forem apropriadas, podendo esta ser de natureza e objetivos distintos, de acordo com Rosa (2000) temos como exemplo:

a. reorganização de sociedades de um grupo de empresas em face da conjuntura socioeconômica;

- b. reorganização de sociedades, objetivando o planejamento sucessório e a proteção do patrimônio da entidade e de seus sócios;
- c. reorganização de sociedades a título de planejamento fiscal, objetivando minimizar a carga tributária;
- d. fusões entre empresas voltadas: 1) à integração operacional; 2) à evolução da tecnologia, dos sistemas de produção ou de comercialização ou 3) ao fortalecimento competitivo no mercado diante da concorrência;
- e. alterações em face da mudança de ramo de atuação ou ingresso em novos produtos ou novas áreas ou na internacionalização das atividades operacionais;
- f. abertura de empresas familiares ao mercado de capitais.

2.1.3 Procedimentos Legais

A fusão e a incorporação podem ocorrer entre sociedades de tipos iguais ou diferentes e devem ser deliberadas conforme prevê a legislação para a alteração dos respectivos estatutos ou contratos sociais. A Lei das S.A's traz em seu art. 223, § 1º e 2º, respectivamente, o seguinte:

- nas operações em que houver criação de sociedade serão observadas as normas reguladoras da constituição das sociedades do seu tipo;
- os sócios ou acionistas das sociedades incorporadas, fundidas ou cindidas receberão, diretamente da companhia emissora, as ações que lhes couberem.

Para a ocorrência da fusão da incorporação é indispensável que os órgãos administrativos, ou sócios, das empresas interessadas firmem um protocolo, no qual constará, o ato a serem utilizados, os critérios adotados para tal, ou seja, a forma de avaliação dos patrimônios, os direitos e deveres dos envolvidos neste processo, bem como, o projeto ou as alterações do novo contrato social, ou estatuto, e demais condições que se fizerem necessárias.

Aprovado o protocolo, em assembléia geral das companhias, surge a necessidade de nomeação de um perito para avaliação dos patrimônios líquidos em questão. É importante ressaltar que, de acordo com a Lei 11.638/07, que altera e revoga dispositivos da Lei 6.404,76, a avaliação de patrimônio nos casos de reorganização societária, a partir do exercício social de 2009, deve ser à valor de mercado ou valor equivalente. Assim que os laudos forem apresentados, cabe aos administradores, convocarem, os sócios ou acionistas

para nova Assembléia Geral, na qual será decidida se a operação de reorganização ocorrerá ou não. Se resolvida à constituição da nova empresa (fusão) ou a absorção dela (incorporação), compete aos primeiros administradores promoverem o arquivamento e a publicação do ato junto à Junta Comercial local.

Paralelamente ao arquivamento e a publicação no ato na Junta Comercial, as empresas envolvidas encaminham o pedido para o CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), órgão responsável por analisar o impacto econômico de uma reorganização societária no Brasil, visando zelar pela livre concorrência no mercado.

Cabe ainda ressaltar que o art. 230, da lei 6.404/76 salienta que o prazo para exercício do direito de retirada será contado a partir da publicação da ata que aprovar o protocolo ou justificação, mas o pagamento do preço de reembolso somente será devido se a operação vier a efetivar-se. Porém, o art. 137 destaca que:

[...] não terá direito de retirada o titular de ação de espécie ou classe que tenha liquidez e dispersão no mercado, considerando-se haver:

- a) liquidez, quando a espécie ou classe de ação, ou certificado que a represente, integre índice geral representativo de carteira de valores mobiliários admitido à negociação no mercado de valores mobiliários, no Brasil ou no exterior, definido pela Comissão de Valores Mobiliários; e
- b) dispersão, quando o acionista controlador, a sociedade controladora ou outras sociedades sob seu controle detiverem menos da metade da espécie ou classe de ação (BRASIL, Lei nº 6.404/76)

No que se trata dos direitos dos credores, é importante destacar que eles não têm direito de se opor à operação de fusão, e, em regra, só podem reclamar posteriormente. Nesse sentido, o art. 232 da Lei de Sociedades Anônimas dispõe:

Até 60 (sessenta) dias depois de publicados os atos relativos a incorporação ou à fusão, o credor anterior por ela prejudicado poderá pleitear judicialmente a anulação da operação; findo o prazo, decairá do direito o credor que não o tiver exercido. (BRASIL, Lei nº 6.404/76)

Ainda decorrente do art. 232 da Lei de Sociedades Anônimas,

O sistema brasileiro não prevê a possibilidade de oposição dos credores, ao contrário da legislação italiana, mas confere-lhes o direito de pleitear, judicialmente, dentro de 3 meses, a anulação da operação (art. 154, Decreto-lei 2.627/1940), que poderá ser elidido pelo depósito da quantia.

Contudo, se nesse prazo sobrevier a falência da sociedade incorporadora, qualquer credor anterior terá o direito de pedir a separação dos patrimônios para o fim de serem os créditos pagos pelos bens das respectivas massas (BENFICA, 2009, p.9 apud BULGARELLI, 1999, P.182).

O art. 1.122 do Código Civil prescreve que os credores de obrigação contraída antes da incorporação, fusão ou cisão, por ela prejudicado, poderão promover judicialmente a anulação da operação, no prazo de até 90 (noventa) dias após a publicação dos atos relativos à incorporação, fusão ou cisão. Também no caso de sociedade limitada, a consignação em pagamento prejudicará a anulação pleiteada.

Quanto à averbação da sucessão das companhias, destaca-se “a certidão, passada pelo Registro do Comércio, da fusão e da incorporação, é documento hábil para a averbação, nos registros públicos competentes, da sucessão decorrente da operação, em bens, direitos e obrigações” (art. 234, da lei 6.404/76).

2.1.4 Aspectos Fiscais e Tributários

Conforme coloca Rosa (2000), algumas responsabilidades e obrigações que compõem os aspectos fiscais e tributários, devem ser consideradas nos processos de fusões e incorporações de empresas, dentre eles:

a) Responsabilidade fiscal na sucessão

A responsabilidade pelos tributos devidos pela pessoa jurídica fusionada ou incorporada passa a ser da pessoa jurídica constituída.

b) Apuração do imposto na data do evento

Nos casos de fusão a apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre os Lucros devidos pela sucedida ou incorporada será efetuada na data do evento. Sendo considerada data do evento, a data na qual ocorreu a deliberação que aprova a fusão.

c) Obrigatoriedade do levantamento do balanço

A pessoa jurídica que tiver seu patrimônio absorvido em virtude da fusão ou incorporação deverá levantar balanço específico na data desse evento ou, no máximo, até 30 dias da referida data. Sendo os seus bens avaliados pelo valor de mercado, conforme dispõe a Lei 11.638/07.

d) Entrega da Declaração de Informações Econômico Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ

O RIR/99 (Regulamento do Imposto de Renda), estabelece que nos casos de fusão, a declaração de rendimentos deverá ser entregue na Unidade da Secretaria da Receita Federal com jurisdição sobre o domicílio fiscal desta nova empresa, até o último dia útil do mês subsequente ao do evento. Nos casos, de incorporação, a declaração deverá ser entregue à Unidade da empresa incorporadora.

e) Pagamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social

A data do pagamento do IRPJ e da Contribuição Social, referente ao período de apuração encerrado em virtude de fusão ou incorporação deverá ser feita até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência do evento.

f) Responsável pelo recolhimento do imposto

No caso de ocorrência da fusão ou incorporação, o IRPJ e a Contribuição Social deverão ser pagos pela empresa sucessora ou incorporadora, em nome das sucedidas, pois estas deixaram de existir.

g) Prejuízo fiscal

Segundo o art. 514 do RIR/99, “a pessoa jurídica sucessora por incorporação, fusão ou cisão não poderá compensar prejuízos fiscais da sucedida”.

h) Baixa de bens ou direitos transferidos da sucedida

Quando a empresa sucessora baixar bens que lhe tenham sido transferidos por motivo de fusão ou incorporação deverá levar em consideração o critério de avaliação de valor de mercado.

i) Determinação do ganho ou perda de capital:

Comparando-se o valor do acervo líquido recebido pela sucessora com o valor contábil da participação societária extinta, poderá ocorrer um ganho ou perda de capital.

j) Redução do capital:

Se a empresa sucedida ou sucessora houver reduzido seu capital, com restituição a sócios ou acionistas, nos cinco anos anteriores à data de deliberação que aprovar a fusão ou a incorporação, a sucessora deve determinar a parcela de lucros considerada distribuída e aplicar sobre as mesmas normas da legislação tributária e distribuição de lucros, informando o fato aos beneficiários da distribuição. O mesmo procedimento deve ser adotado caso haja essa mesma redução nos cinco anos subsequentes à data da deliberação da fusão.

2.1.5 Aspectos Contábeis

Contabilmente, para proceder à fusão ou à incorporação, devem ser tomadas as seguintes providências, segundo Iudícibus, Martins e Gelbeck (2008):

- Levantar o Balanço Patrimonial das sociedades a serem extintas ou incorporadas, apurando, assim, a situação real de cada estabelecimento;
- Encerrar os livros de cada uma das sociedades citadas, baixando-se todos os valores ativos e passivos e transferindo-os para a nova empresa sucessora ou para o patrimônio da incorporadora; e
- Proceder à abertura dos livros da nova sociedade.

Cabe ainda destacar que no processo de fusão os bens e direitos serão avaliados pelo valor contábil ou de mercado, obedecendo ao artigo 21 da Lei nº 9.249 / 1995. O último balanço da empresa a ser adquirida deverá ser feito em até trinta dias antes da fusão.

2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são um agregado de informações que devem ser divulgadas pelas empresas que possuem capital aberto e por empresas de grande porte, como uma espécie de retorno para seus usuários externos, principalmente aos acionistas.

São exemplos destas demonstrações o balanço patrimonial, e as Demonstrações: de Resultados do Exercício; Mutações do Patrimônio Líquido; Lucros ou Prejuízos Acumulados; de Valores adicionados e o Fluxo de Caixa, além do Balanço Social que não é uma demonstração obrigatória a ser publicada e as Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos Publicações que deixou de ser obrigatória com a publicação da Lei 11.638/2007.

Outras informações também são obrigatórias, como Relatório de Administração, as Notas Explicativas anexas às demonstrações, o Parecer dos Auditores Independentes (se houver) e o Parecer do Conselho Fiscal (se existir).

Resultante das alterações dadas pela Lei 11.638/07 e pela Lei 11.941/09, o artigo 176 da lei 6.404 em seu primeiro parágrafo define que:

Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício: I - balanço patrimonial; II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; III - demonstração do resultado do exercício; IV - demonstração dos fluxos de caixa; e V - se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

Diversos são os autores que ressaltam a importância da elaboração e publicação das demonstrações contábeis exigidas para as empresas de Sociedade Anônima, dentre eles destaca-se Marion (2002, p.51) que reforça: “A Lei das S.A.’s estabelece que, ao fim de cada período social de 12 meses, a diretoria fará elaborar (e deverá publicar), com base na escrituração contábil, as demonstrações financeiras (ou demonstrações contábeis)[...]”.

No Brasil, além da forma prevista em Lei, as sociedades por ações têm a obrigatoriedade de publicar suas demonstrações com ampla divulgação, conforme as condições exigidas pela Resolução 737/92, através da Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T¹ 6 que informa a maneira de as demonstrações contábeis serem publicadas.

Como forma de esclarecimento, na NBC T6.1.1.2 define meios de comunicação:

- a) a publicação das demonstrações contábeis na imprensa, oficial ou privada, em qualquer das suas modalidades;
- b) a remessa das demonstrações contábeis a titulares do capital, associados, credores, órgãos fiscalizadores ou reguladores, bolsas de valores, associações de classe, entidades de ensino e pesquisa, e outros interessados;
- c) a comunicação de que as demonstrações contábeis estão à disposição dos titulares do capital, associados e demais interessados, em local ou locais identificados.

¹ Quando a NBC vem acompanhada da letra “T”, significa que ela possui caráter técnico.

Os profissionais contábeis, atualmente estão mais participativos na administração direta das empresas, prestando auxílio nas tomadas de decisões em áreas diversas como consultoria tributária, planejamento de custos e controladoria. Isso nos faz perceber que a contabilidade deixou de ter o aspecto meramente burocrático, deixando de ser vista apenas como uma área necessária para cumprimento de exigências formais e legais.

Entre os diversos instrumentos utilizados pela administração, é importante destacar o papel da contabilidade, como meio especialmente concebido para captar, registrar, acumular, resumir, medir e interpretar os fenômenos que afetam a situação patrimonial financeira econômica de qualquer empresa, seja qual for seu ramo de atividade ou sua forma jurídica. (FONTÃO, 2009, p.75 apud BRAGA, 2006, p.26).

Diante disto, apresentam-se um estudo aprofundado sobre o Balanço Patrimonial, e uma sucinta apresentação das demais demonstrações contábeis.

2.2.1 BP - Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial tem por finalidade apresentar a posição financeira da empresa em determinada data, representado, portanto, uma posição estática.

Conforme Art. 178 da Lei nº 6.404/76, “No balanço, as contas² serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia”.

Conforme as instituições da lei 6.404/76 com as devidas alterações impostas pela lei 11.638/2007, o balanço é composto por três elementos básicos: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

A soma das contas do Ativo deve ser igual ao resultado da soma das contas do Passivo mais o Patrimônio Líquido.

A seguir segue as explicações sobre os principais grupos que constituem o balanço patrimonial de uma empresa:

a) Ativo

O ativo compreende as aplicações de recursos, normalmente em bens e direitos.

² Conta é o registro de débitos e créditos da mesma natureza, identificados por um título que qualifica um componente do patrimônio ou uma variação patrimonial (CREPALDI, 1995, P. 64).

São todos os bens e direitos de propriedade e controle da empresa, que são alienáveis em dinheiro e que representam benefícios presentes ou futuros para a empresa. (IUDÍCIBUS, 2008, p.28).

Para que uma conta seja considerada um ativo ela deve respeitar quatro requisitos:

- a) Constituir bem ou direito para a empresa;
- b) Ser de propriedade, posse ou controle de longo prazo da empresa;
- c) Ser mensurável monetariamente;
- d) Trazer benefícios presentes ou futuros. (IUDÍCIBUS, 2008, p.28)

Suas contas deverão estar dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados.

Divide-se em Ativo Circulante e não Circulante.

a.1) Ativo Circulante

No ativo circulante ficam as contas que de bens ou direitos que podem ser convertidos em curto prazo, ou seja, os bens e direitos que estão em constante giro, sendo que sua realização ocorrerá no máximo até o final do próximo período.

Algumas contas importantes de Ativo Circulante:

- Disponibilidades
- Direitos a receber de Curto Prazo
- Estoques
- Créditos diversos
- Outros créditos

a.2) Ativo não Circulante

São incluídos neste grupo todos os bens de permanência duradoura, destinados ao funcionamento normal da sociedade e do seu empreendimento, assim como os direitos exercidos com essa finalidade.

a.2.1 Realizável a Longo Prazo

De forma geral, são classificáveis no Realizável a Longo Prazo contas da mesma natureza das do Ativo Circulante que, todavia, tenham sua realização certa ou provável, após o término do exercício seguinte, o que significa, normalmente, num prazo superior a um ano a partir do próprio balanço.

Aplicações Financeiras; Empréstimos a Coligadas³ e Controladas⁴ e Depósitos Judiciais são algumas das contas importantes do ARPL.

Alguns subgrupos do ARPL:

- Créditos a receber a longo prazo;
- Investimentos temporários a longo prazo;
- Aplicações em incentivos fiscais;
- Despesas antecipadas a longo prazo.

a.2.2) Investimentos

Neste grupo encontram-se as contas de participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza com intenção de gerar receita, não classificáveis em outras sociedades, no ativo circulante, e que não se destinem à atividade da empresa.

São subgrupos de investimentos:

- Terrenos (em uso futuro)
- Ouro e Obras de Arte
- Participações em outras empresas

³ “Consideram-se coligadas as sociedades quando uma participa com 10% (dez por cento) ou mais do capital social da outra, sem controlá-la.” (art. 2 da Instrução CVM n 247, de 27 de março de 1996); “ [...] sociedades nas quais a investidora tenha influência significativa” (§ 1º do art.243, da lei 6.404/76).

⁴ “[...] sociedade na qual a investidora, diretamente ou indiretamente, seja titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente: preponderância nas deliberações sociais; e o poder de eleger ou destituir a maioria dos administradores. [...]” (inciso I do art. 2 da Instrução CVM n 247, de 27 de março de 1996).

a.2.3) Imobilizado

A lei 6.404/76 mediante seu art. 179, item IV, conceitua como contas a serem classificadas no Ativo imobilizado: “os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.”

A partir desta definição, subentende-se que neste grupo de contas de balanço são incluídos todos os bens de permanência duradoura da empresa, os destinados ao seu funcionamento.

A Lei 11.638/2007, que alterou o citado inciso, acrescentou o acessório no inciso IV do art. 179 “... inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.”, deixando ao legislador espaço para as mais diversas interpretações do que significa dizer “ transferir à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens”.

No Balanço Patrimonial das companhias em estudo, encontraremos:

- Terrenos
- Edificações e benfeitorias
- Móveis e utensílios
- Máquinas e Equipamentos
- Instalações Elétricas e hidráulicas
- Veículos
- Florestas e reflorestamentos
- Plantéis (animais reprodutores)
- Imobilizações em andamento

a.2.4) Intangível

As contas do intangível que compõe o Balanço Patrimonial de uma organização devem conter as contas componentes de direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia.

Trata-se de um desmembramento do ativo imobilizado, constituído apenas de bens corpóreos de uso permanente. Ao intangível cabem os bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou exercidos com essa finalidade, como, por exemplo, os direitos de exploração de serviços públicos mediante concessão ou permissão do Poder Público, marcas e patentes, bem como o fundo de comércio adquirido.

Os direitos classificados no intangível devem ser avaliados pelo custo incorrido na aquisição deduzido do saldo da respectiva conta de amortização, feita em função do prazo legal ou contratual de uso dos direitos ou em razão da sua vida útil econômica, deles o que for menor.

Algumas contas de Intangíveis de um Balanço Patrimonial:

- Marcas e Patentes
- Direitos de Uso – Softwares
- Fundo de Comércio

b) Passivo

Enquanto que o Ativo corresponde aos bens e direitos que pertencem a uma determinada entidade, o Passivo corresponde ao saldo das obrigações devidas.

No Passivo, as contas são classificadas em Passivo Circulante, Passivo não Circulante e Patrimônio Líquido.

b.1) Passivo Circulante

Incluem neste grupo de contas as obrigações que tiverem vencimento até o final do atual exercício social .

A inclusão de obrigações no passivo circulante dependerá exclusivamente dos prazos de exigibilidade isto é, as dívidas vencíveis no curso do exercício social [...] serão registradas nesse grupo , bem como as parcelas de obrigações contraídas a longo prazo . Assim podemos observar que a classificação do passivo circulante deve manter consistência com os critérios adotados para a classificação do ativo circulante (FONTÃO, 2009, P.80 apud BRAGA).

A lei das sociedades por ações, em seu artigo 180, determina quais obrigações compõem o Passivo Circulante: “As obrigações da companhia, inclusive financiamentos para

aquisição de direitos do ativo não circulante, serão classificadas no passivo circulante, quando se vencerem no exercício seguinte [...]”.

Algumas contas componentes do Passivo Circulante:

- Fornecedores
- Salários a pagar
- Empréstimos e financiamentos (empréstimos que foram realizados junto de instituições financeiras que serão pagos dentro de um ano).
- Debêntures
- Fornecedores
- Impostos, taxas e contribuições (Obrigações tributárias e Contribuições sociais)
- Dividendos a pagar
- Provisões para férias, décimo terceiro salário e participação dos empregados nos resultados).

b.2) Passivo não circulante

Com a Lei 11.941 de 2009 que alterou alguns artigos da Lei 6.404/76 o antigo grupo passivo exigível a longo prazo foi extinto, e seus valores passaram a integrar o passivo não-circulante.

Incluem-se neste grupo as obrigações que devem ser liquidadas após o próximo exercício social ou conforme o ciclo operacional da empresa, caso este seja maior que um ano.

Algumas contas componentes do Passivo não Circulante:

- Empréstimos e financiamentos
- Debêntures
- Provisão para resgate de partes beneficiárias;
- Adiantamento de Sócios;
- Adiantamento de Acionistas;
- Empréstimos de Coligadas;
- Empréstimos de Controladas;

- Além de outras obrigações de longo prazo.

b.3) Patrimônio Líquido (PL)

O Patrimônio Líquido pode ser obtido através da diferença entre o Ativo e o Passivo.

“Integram o Patrimônio Líquido as contas representativas dos capitais próprios que registram os recursos provenientes de sócios e acionistas, bem como suas variações em decorrência dos resultados da gestão econômico-financeira da empresa” (BRAGA, 2003, p.84).

O Patrimônio Líquido divide-se em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

b.3.1) Capital Social

É a parcela do patrimônio líquido que representa os investimentos na forma de ações (se for sociedade anônima) ou quotas (se for uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada) efetuado pelos proprietários ou acionistas, o qual abrange não somente as parcelas entregues pelos acionistas, mas também os valores obtidos pela empresa e que, por decisão dos acionistas ou proprietários, são incorporados no Capital Social, conforme comenta Oliveira (2010).

A conta Capital Social apresentará o montante subscrito e a parcela ainda não realizada, constituído das seguintes contas:

- Capital autorizado
- (-) Capital a subscrever
- Capital subscrito
- (-) Capital a realizar
- Capital Integralizado ou Realizado

b.3.2) Reservas de Capital

A conta Reservas de capital é constituída pelos ganhos não provenientes de suas operações normais, principais ou eventuais. Contra-partida aos lançamentos nesta conta sempre há um ou mais lançamentos de ingresso de um bem em uma das contas do Ativo.

De acordo com a lei das sociedades por ações, em seu artigo 182, serão classificadas como reservas de capital as contas que registrarem:

- a) a contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias;
- b) o produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição.

O lucro de uma companhia não gera Reserva de Capital, segundo Marion (2009), é mais comum que este aumento seja pelo Ágio na Emissão de Ações. Quando uma companhia aumenta o seu capital, através da emissão de novas ações, ela poderá vendê-las pelo seu valor nominal, ou acima destes valor, gerando então lucro, este lucro é denominado ágio, e estes valor fará parte da Reserva de Capital.

Quanto a destinação das Reservas de Capital, de acordo com o artigo 200 da Lei das S/A's, as Reservas de Capital somente podem ser utilizadas para:

- I - absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros;
- II - resgate, reembolso ou compra de ações;
- III - resgate de partes beneficiárias;
- IV - incorporação ao capital social;
- V - pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada (BRASIL, Lei 6.404/76).

A reserva proveniente da venda de partes beneficiárias poderá ser destinada ao resgate desses títulos. Nesse caso, se previsto o resgate, deverá ser constituída uma provisão com essa finalidade, classificada como passivo circulante, e não uma reserva, como previsto na legislação.

b.3.3) Ajustes de avaliação patrimonial

Segundo o art.182, parágrafo 3º da lei 6.404/76 (redação dada pela lei 11.638 de 2007), são classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de

aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos nesta Lei ou, em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários quando forem companhias abertas.

Isto quer dizer que em ajustes de avaliação patrimonial contabilizam-se os valores às Provisão para Contingências e as Reservas de Reavaliação, entre outros resultados positivos ou negativos oriundos da avaliação de ativos e passivos que a legislação tributária não permita que interfiram no resultado tributável e os resultados positivos que a legislação tributária permita ser postergados.

b.3.4) Reservas de lucros

As Reservas de Lucros são as contas constituídas pela apropriação de lucros da companhia, conforme previsto no § 4º do art. 182 da Lei nº 6.404/76, para atender a várias finalidades, sendo sua constituição efetivada por disposição da lei ou por proposta dos órgãos da administração.

Pela Lei das S/A's, classificam-se como reservas de lucros:

- Reserva Legal: De acordo com o art. 193 da Lei 6.404/76, reserva legal deverá ser constituída mediante destinação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação. Esta reserva será constituída, obrigatoriamente, pela companhia, até que seu valor atinja 20% do capital social realizado, quando então deixará de ser acrescida (art. 193, Lei 6.404/76).
- Reserva Estatutária: De acordo com o art. 194 da Lei 6.404/76, as reservas estatutárias são constituídas por determinação do estatuto da companhia, como destinação de uma parcela dos lucros do exercício, e não podem restringir o pagamento do dividendo obrigatório.
- Reserva para Contingências; De acordo com o artigo 195- A da Lei nº 6.404/76, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar parte do lucro líquido à formação de reserva com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado.

- Reserva de Incentivos fiscais: São os incentivos para investimentos que correspondem a uma parte do valor recolhido como imposto de renda de pessoa jurídica que retorna para a empresa, devendo ser em contrapartida formada uma reserva.
- Reserva de Lucros: Ou Reserva de Lucros para Expansão, de acordo com o artigo 196, da lei 6.404/76, serve para atender a projetos de investimento e expansão, a companhia poderá reter parte dos lucros do exercício. Essa retenção deverá estar justificada com o respectivo orçamento de capital aprovado pela assembleia geral.
- Reserva de Lucros a Realizar; No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202 da Lei das S/A's, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, conforme exposto no art. 197, da Lei 6.404/76.

A assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

A Lei 11.638/2007 coloca que o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Essa regra já existia na legislação anterior. A novidade é a exclusão da recém criada reserva de incentivos fiscais para efeitos do cálculo do limite das reservas de lucro em relação ao capital social.

Esse cálculo pode ser resumido da seguinte forma:

$$(R. Legal + R. Estatutárias + R. de Retenção de Lucros) \leq \text{capital social}$$

Ficam de fora da apuração do excesso as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar

b.3.5) Prejuízos acumulados

Na hipótese de ocorrer prejuízo no exercício, tal valor deve ser transferido para reservas de lucros existentes, como redutora desta conta. Se tais não existirem, ou forem

insuficientes, o valor não compensado deverá ser mantido em conta de “Prejuízos Acumulados”, até sua futura absorção por lucros, reservas de capital ou mesmo pela redução do Capital Social.

b.3.6) Ações em Tesouraria

As ações ou quotas adquiridas pela companhia ou sociedade limitada serão registradas em conta específica redutora do Patrimônio Líquido, intitulada "ações ou quotas em tesouraria".

À medida que as ações ou quotas forem alienadas, tal operação gerará resultados positivos ou negativos e não devem integrar o resultado da empresa. Se da operação resultar lucro, deverá ser registrado a crédito de uma reserva de capital.

É importante apresentar neste trabalho que, de acordo com a lei das S.A's, uma empresa deverá emitir no mínimo um terço do seu capital em ações do tipo ordinária, que são as que garantem o direito a voto aos seus proprietários nas Assembléias Gerais. Cada ação corresponde a um voto.

No que diz respeito às ações ordinárias a Lei das S.A's em seu artigo 16 expõe que:

As ações ordinárias de companhia fechada poderão ser de classes diversas, em função de:

- I - conversibilidade em ações preferenciais;
- II - exigência de nacionalidade brasileira do acionista; ou
- III - direito de voto em separado para o preenchimento de determinados cargos de órgãos administrativos. (BRASIL, lei 6.404/76)

Quanto às ações preferenciais, o número máximo de ações que uma empresa pode emitir deste tipo de ações são 50% do seu capital. As ações preferenciais garantem o direito de preferência sobre a empresa. Estas ações recebem participações nos lucros 10% maiores que as ações ordinárias.

Segundo o art. 17 da Lei 6.404/76:

As preferências ou vantagens das ações preferenciais podem consistir:

- I - em prioridade na distribuição de dividendo, fixo ou mínimo;
- II - em prioridade no reembolso do capital, com prêmio ou sem ele; ou
- III - na acumulação das preferências e vantagens de que tratam os incisos I e II.

As ações preferenciais geralmente não têm direito a voto, mas poderão ter o direito se previsto no estatuto da empresa.

Para que haja um melhor entendimento da teoria, apresenta-se como exemplo o Balanço Patrimonial da BRF – Brasil Foods S.A, de 31 de dezembro de 2009, que encontra-se em anexo.

2.2.2 DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício mostra as receitas auferidas pela empresa, além de todas as despesas e custos que foram incorridos para a obtenção destas receitas. Ela permite ao leitor observar detalhadamente, quais as etapas que o capital da empresa sofreu para resultar no resultado final.

De acordo com Hugo Rocha Braga (2003, p.96 - 97), em seu livro *Demonstrações Contábeis: Estrutura, Análise e Interpretação*:

A demonstração do resultado do exercício deve apresentar o resumo das variações positivas (receitas e ganhos) e negativas (custos, despesas e perdas), ocorridas em determinado período de tempo, normalmente no exercício social, em função da exploração das atividades operacionais da empresa.

A finalidade básica das Demonstrações do Resultado do Exercício é descrever a formação do resultado gerado no exercício, mediante especificação das receitas, custos e despesas por natureza dos elementos componentes, até o resultado líquido final – lucro ou prejuízo. Esse resultado líquido final, se lucro, representa o ganho efetivo obtido pela empresa, que tem por finalidade remunerar os sócios ou acionistas e manter e/ou desenvolver o patrimônio da empresa. Se prejuízo líquido do exercício, representa a parcela de desgaste sofrido pelo patrimônio no período, significando que as receitas geradas foram insuficientes para cobrir os custos e despesas incorridas para obtenção de tais receitas.

A Demonstração do Resultado do Exercício tem como objetivo principal apresentar de forma vertical resumida o resultado apurado em relação ao conjunto de operações realizadas num determinado período, normalmente, de doze meses.

O artigo 187 da Lei nº 6.404 menciona que a Demonstração do Resultado do Exercício discriminará:

- I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;
- II - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;
- III - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;
- IV - o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas;
- V - o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;
- VI - as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa;

VII - o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

§ 1 Na determinação do resultado do exercício serão computados:

- a) as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda; e
- b) os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos (BRASIL, Lei 6.404/76, Art.187).

A Demonstração do Resultado do Exercício apresenta em sua estrutura todas as receitas auferidas além de todas as despesas, com as devidas deduções a diferença entre estas contas apresenta o Resultado da empresa, seja de lucro ou prejuízo em todos os seus estágios.

Apresenta-se a discriminação das contas que compõem a Demonstração de Resultado do Exercício.

a) Receita Bruta e Líquida

A receita bruta envolve todas as receitas que a empresa obtém com a sua atividade fim, ou seja, tais receitas podem incluir vendas de produtos e mercadorias ou prestação de serviços, que se constitui na maioria absoluta das receitas.

Para encontrarmos a receita líquida, deduziremos da receita bruta:

- Devolução de Mercadorias: Mercadorias que não correspondam às expectativas do cliente, que a devolve na sua totalidade ou de forma parcial, ou mercadorias com defeito em sua fabricação
- Abatimentos: Opção que pode ser concedida pela empresa para compensar o fornecimento de produto de má qualidade ou com defeito. Estes abatimentos são configurados como incondicionais, ou seja, não estão relacionados às condições de recebimento. Serão considerados descontos incondicionais, as parcelas redutoras do preço de venda de um determinado produto e que não dependem, para sua concessão, de evento posterior à emissão da nota fiscal de venda ou da fatura de serviços.
- Impostos incidentes sobre as vendas: Aqui serão deduzidos os impostos que se relacionam com vendas. São eles: ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, ISS – Imposto sobre Serviços, PIS – Programa de Integração Social e COFINS – Contribuição para o Fim Social.

b) Resultado Bruto

O Resultado (Lucro ou Prejuízo) Bruto nada mais é do que o valor resultado obtido deduzindo das receitas líquidas os custos para disponibilizar os produtos ou os serviços, ou seja, o custo das mercadorias/produtos vendidos (CMV/CPV) e o custo dos serviços prestados (CSP).

c) Resultado Operacional

Logo após cobrir as despesas diretas com aquisição de produtos ou fornecimento de serviços, serão deduzidas despesas com vendas, administrativas e financeiras, bem como variações cambiais e outras despesas eventuais da empresa não classificadas em outras situações.

As despesas com vendas compreendem gastos com publicidade, a comissão dos vendedores, encargos na concessão de crédito e outras despesas quaisquer envolvidas com vendas. As administrativas envolvem salários do pessoal de apoio da empresa, das áreas administrativas, honorários dos administradores e depreciação de bens utilizados nas áreas administrativas. As despesas financeiras compreendem os encargos financeiros decorrentes da obtenção de recursos de financiamento para as operações, principalmente juros de empréstimos. As despesas financeiras serão abatidas das receitas financeiras, que também podem ocorrer, por exemplo, com os rendimentos de aplicação financeira. As variações cambiais serão as variações decorrentes da desvalorização do real frente às moedas dos outros países como o dólar e o euro.

d) Lucro Antes dos Tributos

Para apurarmos o resultado antes do cálculo dos impostos, deveremos deduzir do lucro operacional líquido o Resultado não Operacional. O Resultado não Operacional se constitui do resultado entre as receitas não operacionais e as despesas não operacionais.

Receitas não operacionais são aquelas receitas que a empresa obtém com atividade estranha à sua atividade principal. São comuns os registros de receita não operacional aquelas obtidas com venda de um ativo imobilizado, ou receitas financeiras mais altas do que as despesas financeiras, por exemplo.

Despesas não operacionais são aquelas incorridas para a obtenção das receitas não operacionais.

Se este resultado for positivo será, antes de qualquer participação, utilizado para compensar prejuízos acumulados, se houver. Caso haja prejuízos anteriores, serão considerados na dedução do lucro, a fim de determinar a base de cálculo da provisão para os impostos.

e) Participações

Depois da provisão para os impostos, são destinados recursos para as participações. Conforme já mencionado anteriormente, a Lei nº 11.638/2007 reforça a necessidade de as “participações nos lucros” serem informadas no resultado (DRE), mesmo que se revistam na forma de instrumentos financeiros, como as ações e debêntures.

Algumas empresas dão prêmios aos funcionários por meio de ações, opções de compra e outros títulos, como forma de incentivo. Entre as participações estão: as debêntures, as participações de empregados e administradores, partes beneficiárias e contribuições para fundos de assistência ou previdência de empregados.

f) Lucro (ou prejuízo) do Período

O Lucro Líquido do Exercício se constitui do resultado depois da provisão dos impostos e depois da distribuição das devidas participações.

Para que haja um melhor entendimento da teoria, apresenta-se como exemplo de Demonstração do Resultado do Exercício da BRF – Brasil Foods S.A, do período de 2007, 2008 e 2009, que encontra-se em anexo.

2.2.3 DFC - Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração de Fluxo de Caixa tornou-se obrigatória para as Sociedades Anônimas em geral, exceto para aquelas de capital fechado⁵ com Patrimônio Líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2 milhões. Esta obrigatoriedade vigora desde 1º de janeiro de 2008,

⁵ [...] Não possuem ações negociáveis no mercado de valores mobiliários (FONTÃO, 2009, p.71).

por força da Lei 11.638/2007, e desta forma torna-se mais um importante relatório para a tomada de decisões gerenciais.

A DFC é uma demonstração contábil que tem por finalidade evidenciar as transações ocorridas em um determinado período, habitualmente de um ano, e que provocaram modificações no saldo da conta Caixa.

Trata-se, portanto, de uma demonstração sintetizada dos fatos administrativos que envolvem os fluxos de dinheiro ocorridos durante um determinado período, devidamente registrados a débito (entradas) e a créditos (saídas) da conta Caixa. Fluxos de Caixa, desta forma, compreendem o movimento de entradas e saídas de dinheiro na empresa.

A Deliberação CVM 547/2008 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03, que trata da Demonstração do Fluxo de Caixa.

Seguindo as tendências internacionais, o fluxo de caixa pode ser incorporado às demonstrações contábeis tradicionalmente publicadas pelas empresas. Basicamente, o relatório de fluxo de caixa deve ser segmentado em três grandes áreas:

- I - Atividades Operacionais;
- II - Atividades de Investimento;
- III - Atividades de Financiamento.

As Atividades Operacionais são explicadas pelas receitas e gastos decorrentes da industrialização, comercialização ou prestação de serviços da empresa. Estas atividades têm ligação com o capital circulante líquido da empresa.

As Atividades de Investimento são os gastos efetuados no Realizável a Longo Prazo ou no Ativo Permanente, bem como as entradas por venda de ativos imobilizados.

As Atividades de Financiamento são os recursos obtidos do Exigível a Longo Prazo e do Patrimônio Líquido. Devem ser incluídos aqui os empréstimos e financiamentos de curto prazo. As saídas correspondem à amortização destas dívidas e os valores pagos aos acionistas a título de dividendos, distribuição de lucros.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa poderá ser elaborada utilizando-se o Método Direto ou o Método Indireto. Entretanto, tem havido a predileção pelo método indireto.

O Método Indireto é aquele onde se parte do lucro líquido do período e se o ajusta até se obter o caixa das operações. Esses ajustes são aqueles que já se utilizavam na montagem da

DOAR – Demonstração das Origens e Aplicações ⁶ (itens que não afetam o Ativo e o Passivo Circulante, como depreciações, amortizações, equivalência patrimonial etc.) e aqueles que representam variações das contas de ativo e passivo que são contrapartidas de registros no resultado (clientes, estoques, fornecedores, contas a pagar etc.) quer sejam contas circulantes quer não-circulantes.

Já o Método Direto, para o caixa gerado nas operações, é aquele onde as entradas e saídas referentes às operações aparecem pelos seus valores totais realizados, ou seja, mostra a efetiva movimentação de dinheiro. O que se tem visto no Brasil e no exterior é uma forte predileção pelo Método Indireto, uma vez que se apresenta mais útil e mais informativo.

O CPC - 03(Comitê de Pronunciamentos Contábeis) exige que, quando da publicação da DFC pelo método direto, seja apresentada uma conciliação entre o caixa gerado pelas operações com o lucro líquido. Ou seja, devem ser ajustadas todas as transações contidas no lucro líquido que não tiveram impacto no caixa exercício, bem como aquelas que produziram ou consumiram caixa e não tiveram reflexo no resultado do período.

Na realidade, quando se elabora essa conciliação nada mais se está fazendo do que a demonstração do caixa das operações segundo o apontado pelo método indireto. Por essa razão diz-se da predileção pelo método indireto, uma vez que ele automaticamente já contém essa conciliação, e nada mais é exigido.

Para que haja um melhor entendimento da teoria, apresenta-se como exemplo a Demonstração do Fluxo de Caixa da BRF – Brasil Foods S.A, do período de 2009, elaborado pelo método indireto, que encontra-se em anexo.

2.2.4 DVA – Demonstração do Valor Adicionado

A mesma lei que instituiu a Demonstração de Fluxo de Caixa, ou seja, a Lei 11.638/07, também instituiu a Demonstração de Valor Adicionado, DVA. A referida lei torna obrigatória a elaboração da DVA para todas as companhias abertas⁷.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis através do Pronunciamento Técnico CPC 09 estabelece critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), a qual representa um dos elementos componentes do Balanço Social e tem por

⁶ A divulgação da DOAR deixou de ser obrigatória com a publicação da Lei 11.638/2007.

⁷ [...] são as que abrem suas ações para a aquisição pelo público em geral (FONTÃO, 2009, P.69).

finalidade evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição, durante determinado período.

Marion (2001, p.244) diz que:

Se subtrairmos das vendas todas as compras de bens e serviços, teremos o montante de recursos que a empresa gera para remunerar salários, juros, impostos e reinvestir em seu negócio. Esses recursos financeiros gerados levam-nos a contemplar o montante de valor que a empresa está agregando (adicionando) como consequência de sua atividade.

Em outras palavras pode-se dizer que A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é a ferramenta de informação contábil que tem por finalidade a evidenciação dos valores correspondentes à formação da riqueza gerada pela empresa em determinado período e sua respectiva distribuição. A riqueza gerada pela empresa, medida no conceito de valor adicionado, é calculada a partir da diferença entre o valor de sua produção e o dos bens e serviços produzidos por terceiros utilizados no processo de produção da empresa.

De Luca (1998, P.12) define Valor Adicionado como sendo:

[...] a remuneração dos esforços desenvolvidos para a criação da riqueza da empresa. Tais 'esforços' são, em geral, os empregados que fornecem a mão-de-obra, os investidores que fornecem o capital, os financiadores que emprestam os recursos e o governo que fornece a lei e a ordem, infra-estrutura sócio-econômica e os serviços de apoio.

Além disso, vale ressaltar que por se tratar de um demonstrativo contábil, suas informações devem ser extraídas da escrituração, com base nas Normas Contábeis vigentes e tendo como base o Princípio Contábil da Competência.

Outra interpretação, a macroeconômica, pode ser feita ao se analisar que o Valor Adicionado constitui-se da receita de venda deduzida dos custos dos recursos adquiridos de terceiros. É, portanto, o quanto a entidade contribuiu para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Deste modo, o Valor Adicionado, demonstra a efetiva contribuição da empresa, dentro de uma visão global de desempenho, para a geração de riqueza da economia na qual está inserida, sendo resultado do esforço conjugado de todos os seus fatores de produção.

Como explicitado por Tinoco (1984, p.39 e 40) “a informação do valor adicionado gerado pelas empresas e sua repartição entre seus beneficiários em muito enriqueceria a informação contábil e social, sendo de importância vital para todos quanto se dedicam ao mister de analisar balanços”. Portanto, aceitando a importância do Valor Adicionado para as

análises gerenciais, ademais de sua obrigatoriedade para fins jurídicos, a DVA como ferramenta gerencial pode ser resumida da seguinte forma segundo Zanluca (2010):

- 1) como índice de avaliação do desempenho na geração da riqueza, ao medir a eficiência da empresa na utilização dos fatores de produção, comparando o valor das saídas com o valor das entradas, e
- 2) como índice de avaliação do desempenho social à medida que demonstra, na distribuição da riqueza gerada, a participação dos empregados, do Governo, dos Agentes Financiadores e dos Acionistas.

A Demonstração do Valor Adicionado, é uma importante fonte de informações à medida que apresenta esse conjunto de elementos que permitem a análise do desempenho econômico da empresa, evidenciando a geração de riqueza, assim como dos efeitos sociais produzidos pela distribuição dessa riqueza. Ou seja, ela evidencia a efetiva contribuição da empresa dentro de um contexto de avaliação econômica.

Para que haja um melhor entendimento da teoria, apresenta-se como exemplo a Demonstração do Valor Adicionado da BRF – Brasil Foods S.A, do período de 2009, que encontra-se em anexo.

2.2.5 DLPA - Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados

A DLPA evidencia as alterações ocorridas no saldo da conta de lucros ou prejuízos acumulados, no Patrimônio Líquido.

De acordo com o artigo 186, § 2º da Lei nº 6.404/76: "A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia." Ou seja, a companhia poderá, à sua opção, incluir a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido, pois não inclui somente o movimento da conta de lucros ou prejuízos acumulados, mas também o de todas as demais contas do patrimônio líquido.

A DLPA é obrigatória para as sociedades limitadas e outros tipos de empresas, conforme a legislação do Imposto de Renda (art. 274 do RIR/99) e deverá discriminar:

- O saldo do início do período e os ajustes de exercícios anteriores;
- As reversões de reservas e o lucro líquido do exercício; e

- As transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.

a) Ajustes de Exercício Anteriores

Como ajustes de exercícios serão considerados apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subseqüentes.

b) Reversões de Reservas

Corresponde às alterações ocorridas nas contas que registram as reservas, mediante a reversão de valores para a conta Lucros Acumulados, em virtude daqueles valores não serem mais utilizados.

c) Transferências para Reservas

São as apropriações do lucro feitas para a constituição das reservas patrimoniais, tais como: reserva legal, reserva estatutária, reserva de lucros a realizar, reserva para contingências.

De acordo com o § 2º do artigo 186 da Lei nº 6.404/76 a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e divulgada pela companhia, pois não inclui somente o movimento da conta de lucros ou prejuízos acumulados, mas também o de todas as demais contas do patrimônio líquido.

2.2.6 DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A lei 6.404/76 aceita que tanto a DLPA quanto a DMPL sejam publicadas, desde que publique-se uma ou outra, porém é recomendável que haja preferência pela segunda, por ser mais completa, devido ao fato de, como citado no título anterior, não incluir somente a movimentação dos lucros ou prejuízos, mas a de todas as contas do patrimônio líquido da organização.

Afirma-se que a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido:

Evidencia a mutação do patrimônio líquido em termos globais (novas integralizações de capital, resultado do exercício, ajustes de exercícios anteriores, dividendos, reavaliações etc.) e em termos de mutações internas (incorporações de reservas ao capital, transferências de lucros acumulados para reservas e vice-versa etc.). IUDÍCIBUS, MARTINS E GELBCKE (2007, p.8)

É de muita utilidade, pois fornece a movimentação ocorrida durante o exercício nas diversas contas componentes do Patrimônio Líquido; faz clara indicação do fluxo de uma conta para outra e indica a origem e o valor de cada acréscimo ou diminuição no Patrimônio Líquido durante o exercício. Trata-se, portanto, de informação que complementa os demais dados constantes do Balanço e da Demonstração do Resultado do Exercício; é particularmente importante para as empresas que tenham seu Patrimônio Líquido formado por diversas contas e mantenham com elas inúmeras transações. IUDÍCIBUS, MARTINS E GELBCKE (2007, p.415)

As movimentações patrimoniais ocorrem por diversos motivos, no manual de Contabilidade das Sociedades por Ações, Iudícibus, Martins e Gelbecke (2007, p.416) apresentam as seguintes probabilidades:

- a) Itens que afetam o patrimônio total:
 1. Acréscimo pelo lucro ou redução pelo prejuízo líquido do exercício;
 2. Redução por dividendos;
 3. Redução por pagamento ou crédito de juros sobre o próprio capital;
 4. Acréscimo por reavaliação de ativos;
 5. Acréscimo por doações e subvenções para investimentos recebidos;
 6. Acréscimo por subscrição e integralização de capital;
 7. Acréscimo pelo recebimento de valor que exceda o valor nominal das ações integralizadas ou o preço de emissão das ações sem valor nominal;
 8. Acréscimo pelo valor da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição;
 9. Acréscimo por prêmio recebido na emissão de debêntures;
 10. Redução por ações próprias adquiridas ou acréscimo por sua venda;
 11. Acréscimo ou redução por ajuste de exercícios anteriores;
 12. Reversão da Reserva de Lucros a Realizar para a conta de dividendos a pagar.
- b) Itens que não afetam o total do patrimônio:
 1. Aumento de capital com utilização de lucros e reservas;
 2. Apropriações do lucro líquido do exercício reduzindo a conta Lucros Acumulados para formação de reservas, como Reserva Legal, Reserva de Lucros a Realizar, Reserva para Contingência e outras;
 3. Reversões de reservas patrimoniais para a conta de Lucros ou Prejuízos acumulados;
 4. Compensação de Prejuízos com Reservas.

Para que haja um melhor entendimento da teoria, apresenta-se como exemplo a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido da BRF – Brasil Foods S.A, do período de 2009.

2.2.6 Notas Explicativas

As notas explicativas são documentos, de publicação obrigatória, exigidos pela Lei das Sociedades por Ações. Tais notas servem de complemento às informações fornecidas nas demonstrações contábeis. Sua finalidade é esclarecer ou apresentar os dados contidos nas demonstrações.

A lei 6.404/76 em seu art.166 § 5º, expõe que as notas explicativas devem:

- I – apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos;
- II – divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras;
- III – fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada; e
- IV – indicar:
 - a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo;
 - b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (art. 247, parágrafo único);
 - c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações (art. 182, § 3º);
 - d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;
 - e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
 - f) o número, espécies e classes das ações do capital social;
 - g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício; h) os ajustes de exercícios anteriores (art. 186, § 1º); e
 - i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

A lei das sociedades por ações enumera o mínimo dessas notas e induz à sua ampliação quando for necessário para o devido "esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício" (§4º, art.176, lei 6.404).

Pode-se observar que as notas explicativas são de suma importância para a análise das demonstrações contábeis, em especial, o Balanço Patrimonial.

2.2.7 Parecer dos Auditores

Uma auditoria é uma revisão das demonstrações financeiras, sistema financeiro, registros, transações e operações de uma entidade ou de um projeto, efetuada por contadores, com a finalidade de assegurar a fidelidade dos registros e proporcionar credibilidade às demonstrações financeiras e outros relatórios da administração

Segundo Silva apud Portal da Contabilidade: “O parecer dos auditores Independentes é o documento mediante o qual o auditor expressa sua opinião de forma clara e objetiva, sobre as demonstrações contábeis quanto ao adequado atendimento, ou não, a todos os aspectos relevantes”.

A Lei das sociedades Anônimas não faz muitos comentários sobre o parecer dos auditores, ela apenas apresenta deveres relacionados a marcação impostas sobre a convocação de assembléia geral colocado no art. 124. O artigo 133 da referida lei ainda destaca:

Os administradores devem comunicar, até 1 (um) mês antes da data marcada para a realização da assembléia-geral ordinária, por anúncios publicados na forma prevista no artigo 124, que se acham à disposição dos acionistas: [...] III - o parecer dos auditores independentes, se houver.

O parecer dos auditores independentes expressa com responsabilidade a opinião destes profissionais em relação às demonstrações contábeis de uma determinada companhia. Essa opinião é apresentada em forma de relatório, de uma forma clara com linguagem acessível para todos, em especial, aos gestores e investidores.

2.2.8 Relatório da Administração

O relatório da administração é uma espécie de carta de caráter explicativo direcionada aos acionistas de uma organização. O referente relatório por definição da Lei das S.A's deve ser publicado sempre ao final de cada exercício social contendo as seguintes informações:

- Aquisição de debêntures conforme o Art. 55, §2º “É facultado a companhia adquirir debêntures de sua emissão, desde que por valor igual ou inferior ao nominal, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras;

- [...] disposições sobre política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos, constantes de acordos de acionistas arquivados na companhia (§5º, Art. 118);
- [...] os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo, (Art. 133, I);
- [...] os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas e mencionar as modificações ocorridas durante o exercício. (Art. 243).

Através deste documento a empresa faz uma comunicação direta aos seus investidores expondo de forma explicativas os fatos ocorridos com a organização no último exercício.

2.3 ANÁLISE DE BALANÇOS

Analisar um balanço é decompô-lo nas partes que o formam. Desta decomposição, são extraídas informações para a tomada de decisões.

A análise poderá atingir diversos a vários graus, até que se obtenha a máxima decomposição dos elementos patrimoniais. Há, entanto, certos desdobramentos e particularidades desnecessários para efeito de interpretação dos componentes da demonstração. O excesso de desdobramento poderá confundir o analista e não apresentar informações úteis para apreciação (FRANCO, 1980, p. 106).

Por isso a importância da determinação dos objetivos pretendidos com a análise, dado que a análise das demonstrações contábeis pode merecer maior ou menor grau de profundidade nas investigações dos registros, dependendo da finalidade do julgamento ou da opinião do contador.

Sobre os objetivos da análise das demonstrações financeiras Matarazzo (1988) coloca que são várias, dentre elas a avaliação da capacidade de obtenção e pagamento de financiamento e empréstimos de terceiros, a avaliação da situação financeira da empresa a curto e longo prazo, para a tomada de decisões, determinados pelas causas e efeitos, a avaliação da rentabilidade do capital investido pelos proprietários e de terceiros e a avaliação patrimonial, de valores registrados e a preço de mercado, etc.

Contabilmente a análise pode ganhar dois aspectos, o econômico e o financeiro. Enquanto que o aspecto econômico avalia a aplicação e o rendimento do capital, o financeiro diz respeito à solvência da empresa, ou seja, o estudo da liquidez financeira do patrimônio.

Para que haja a análise de desempenho de uma empresa, e que se obtenha as indicações para a estimativa das perspectivas econômicas e financeiras da empresa deve-se determinar as variações absolutas e relativas dos elementos patrimoniais e de resultado, registrados nas demonstrações contábeis de dois ou mais exercícios sociais.

2.3.1 Análise Vertical

A análise vertical determina como se distribuem em termos percentuais os valores patrimoniais e de resultados de uma empresa, ou seja, este tipo de análise é feita principalmente no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício.

Este tipo de análise é importante para avaliar a estrutura de composição de itens e sua evolução no tempo (IUDÍCIBUS, 2008, P.83).

Matarazzo (1988) coloca em termos genéricos que o objetivo na análise vertical é mostrar a importância de cada conta em relação à demonstração financeira a que pertence e, através da comparação com padrões de ramo ou com percentuais da própria empresa em anos anteriores, permitir inferir se há itens fora das proporções normais.

A análise vertical indica a proporção de cada componente de uma demonstração em relação a toda ela, a fim de determinar a representatividade do valor de cada um em relação ao total ou a comparação dos percentuais entre si em relação ao mesmo período, considerando sempre o todo igual a 100.

No quadro 1, segue exemplo de análise vertical em um Balanço Patrimonial:

Empresa XX
Balanço Patrimonial (em milhares de reais)

	Valores (em milhares de reais)		Análise Vertical (%)	
Especificação	20x2	20x1	20x2	20x1
Ativo circulante	7.473,60	7.800,00	36	65
Ativo Não Circulante	13.286,40	4.200,00	64	35
Ativo Total	20.760,00	12.000,00	100	100
Passivo Circulante	4.152,00	2.160,00	18	20
Passivo Não Circulante	10.380,00	6.960,00	58	50
Patrimônio Líquido	6.228,00	2.880,00	24	30
Passivo Total	20.760,00	12.000,00	100	100

Quadro 1- Análise Vertical do Balanço Patrimonial

Fonte: Elaborada pela autora

Pode-se observar no exemplo que as contas componentes do Ativo e Passivo foram calculadas em relação a sua conta principal, ou seja, o ativo circulante e o não circulante foram calculados em relação ao Ativo Total. Da mesma forma que as contas do Passivo foram calculadas em relação ao Passivo Total.

No Quadro 2, segue exemplo de Análise Vertical em uma Demonstração do Resultado do Exercício:

Empresa XX

Demonstração de Resultados do Exercício (em milhares de reais)

Especificação	Valores (em milhares de reais)		Análise Vertical (%)	
	20x2	20x1	20x2	20x1
Receita Bruta	10.500,00	9.800,00	100,00	100,00
CMV	1.800,00	1.350,00	0,17	0,14
Receita Líquida	8.700,00	8.450,00	0,83	0,86
Despesas Operacionais	7.150,00	7.220,00	0,68	0,74
Resultado Operacional	1.550,00	1.230,00	0,15	0,13
Lucro Líquido do Período	960,00	820,00	0,09	0,08

Quadro 2 - Análise Vertical da DRE
Fonte: Elaborada pela Autora

No caso da Demonstração de Resultados do Exercício, observa-se no Quadro 2, todas as contas componentes foram calculadas em relação à Receita Bruta, ou seja a Receita que de Vendas ou Serviços Prestados.

2.3.2 Análise Horizontal

A análise horizontal permite medir a evolução patrimonial dos componentes patrimoniais ou de resultados através de comparativos percentuais entre dois ou mais períodos de exercício social de uma empresa, caracterizando sua tendência.

“A finalidade principal da análise horizontal é apontar o crescimento de itens dos Balanços e das Demonstrações de resultado (bem como os outros demonstrativos) através dos períodos, a fim de caracterizar tendências”. (Iudícibus, 1995, p. 93).

Em termos genéricos, Matarazzo (1988) coloca que o objetivo da análise horizontal é mostrar a evolução de cada conta das demonstrações financeiras e, pela comparação entre si, permitir tirar conclusões sobre a evolução da empresa.

Pode-se definir este tipo de análise como o estudo analítico da variação percentual de um período em relação ao outro, considerando-se o período inicial igual a 100.

No quadro 3, segue exemplo de análise horizontal aplicada em um balanço patrimonial:

Empresa XX
Balanço Patrimonial (em milhares de reais)

	Valores (em milhares de reais)		Análise Horizontal
Especificação	20x2	20x1	Índice (%)
Ativo circulante	7.473,60	7.800,00	-4,18
Ativo Não Circulante	13.286,40	4.200,00	216,34
Ativo Total	20.760,00	12.000,00	73,00
Passivo Circulante	4.152,00	2.160,00	92,22
Passivo Não Circulante	10.380,00	6.960,00	49,14
Patrimônio Líquido	6.228,00	2.880,00	116,25
Passivo Total	20.760,00	12.000,00	73,00

Quadro 3 - Análise Vertical de Balanço Patrimonial

Fonte: Elaborado pela Autora

Podemos observar no Quadro 3, que a análise horizontal apresenta o percentual de variação das principais contas do balanço de um ano em relação ao outro.

No Quadro 4, segue exemplo de análise horizontal de uma DRE:

Empresa XX
Demonstração de Resultado do Exercício (em milhares de reais)

	Valores (em milhares de reais)		Análise Horizontal
Especificação	20x2	20x1	índice (%)
Receita Bruta	10.500,00	9.800,00	7,14
CMV	1.800,00	1.350,00	33,33
Receita Líquida	8.700,00	8.450,00	2,96
Despesas Operacionais	7.150,00	7.220,00	-0,97
Resultado Operacional	1.550,00	1.230,00	26,02
Lucro Líquido do período	960,00	820,00	17,07

Quadro 4 - Análise vertical da DRE

Fonte: Elaborada pela Autora

Podemos observar através do Quadro 4, que este tipo de análise mostra a variação em pontos percentuais de quanto cada componente da DRE variou de um período para o outro, permitindo ao gestor, ou investidor concluir se houve evolução ou não das contas em questão.

2.3.3 Análise Através de Índices (Econômico-financeiros)

A análise através dos índices é uma das ferramentas de vasta utilização que contabilidade utilizada há muito tempo. Ao longo dos anos, com a modernidade, alguns índices deixaram de ser utilizados, porém, outros permaneceram em uso até hoje.

Segundo Matarazzo (1988, p.29) “A principal preocupação dos Índices de Balanço é fornecer avaliações genéricas sobre diferentes aspectos da empresa em análise, sem descer a um nível maior de profundidade.” Ou seja, é fundamental que analista se atenha em um objetivo específico na análise em que estiver trabalhando.

Como conceito de índice, Marion (1998, p. 96) coloca que:

Os índices são a relação que se estabelecem entre duas grandezas; facilitam sensivelmente o trabalho do analista, uma vez que a apreciação de certas relações ou percentuais é mais significativa (relevante) que a observação de montantes, por isso só.

O analista deve criteriosamente compreender os índices, de forma que não haja uma errada interpretação dos dados, e conseqüentemente uma falsa imagem de uma determinada situação.

Para Poeta (2008, p.30) apud Matarazzo os índices são subdivididos em índices que evidenciam aspectos da situação financeira e índices que evidenciam aspectos da situação econômica. Os índices que evidenciam aspectos da situação financeira ainda podem ser divididos em índices de estrutura de capitais e índices de liquidez, conforme Figura 1:

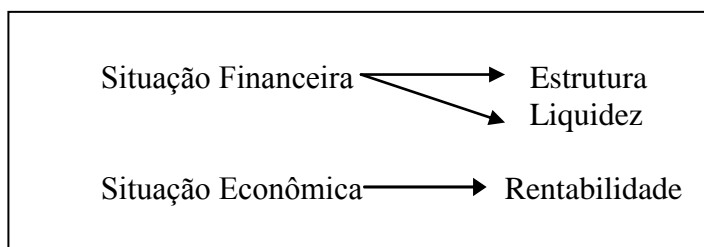


Figura 1- Principais aspectos revelados pelos índices financeiros
Fonte: MATARAZZO (1988, p.98)

Neste trabalho monográfico, todos os índices, além das fórmulas utilizadas a seguir, foram obtidas do autor Matarazzo (2008), adaptadas por Poeta (2008) e feitas algumas modificações pela autora deste trabalho para elucidação do tema proposto.

2.3.3.1 Indicadores de Lucratividade

O índice de lucratividade é de grande utilidade para interpretação do desempenho econômico da empresa, porém o mesmo deve ser analisado com uma série histórica e com os indicadores de outras empresas de atividades operacionais afins, para determinar se o rendimento foi alto ou baixo do que a média setorial, tendo assim uma medida de avaliação das perspectivas da empresa.

Este indicador mede a relação entre os valores obtidos pelo lucro e o valor obtidos com as vendas ou prestação de serviços deduzidos os custos das mercadorias ou de serviços prestados, porém ele não diz o que fazer para melhorar, ele apenas oferece relações numéricas que refletem a situação atual da empresa.

É a partir daí que o analista, através de uma correta interpretação desses números, colabora comparando estes índices com os de outras empresas do mesmo segmento.

Os indicadores de Lucratividade segundo Matarazzo (1988) podem ser:

- Lucratividade Operacional Bruta
- Lucratividade Operacional Líquida

- Lucratividade Operacional Final

a) Lucratividade Operacional Bruta (LOB)

É a medida de avaliação para determinação do percentual de lucratividade oriundas da atividade operacional bruta da empresa, para calcularmos este índice é necessário extrairmos da Demonstração de Resultados do exercício os valores que compõem Resultado Bruto (Lucro/Prejuízo) e a Receita Líquida. O índice de Lucratividade Operacional Bruta é obtido pela razão entre esses dois valores, conforme podemos observar na equação matemática apresentada abaixo:

$\text{LOB} = \frac{\text{Resultado Bruto}}{\text{Receita Líquida}} \times 100$	Equação 1
---	------------------

Quanto à interpretação deste indicador, é importante que quanto maior for seu índice, melhor está a situação da empresa, isso significa o quanto a empresa teve de lucratividade bruta em relação a receita líquida (Receita Bruta - Deduções).

b) Lucratividade Operacional Líquida (LOL)

É a medida de avaliação para determinação do percentual de lucratividade oriundas da atividade operacional líquida da empresa, para calcularmos este índice é necessário extrairmos da Demonstração de Resultados do exercício os valores que compõem Resultado Bruto (Receita Líquida – CMV) , seja ele lucro ou prejuízo e o a Receita Líquida. O índice de Lucratividade Operacional líquido é obtido pela razão entre esses dois valores, conforme podemos observar na equação matemática apresentada abaixo:

$\text{LOL} = \frac{\text{Resultado Operacional}}{\text{Receita Líquida}} \times 100$	Equação 2
---	------------------

Quanto à interpretação deste indicador, é importante que quanto maior for seu índice, melhor será para a empresa, isso significa o quanto a empresa teve de lucratividade líquida em relação a receita líquida.

c) *Lucratividade Operacional Final (LOF):*

É a medida de avaliação para determinação do percentual de lucratividade oriundas de todas as atividades, sejam operacionais e não operacionais, ou líquidas da empresa. Para calcularmos este índice é necessário extrairmos da Demonstração de Resultados do exercício os valores que compõem Resultado Líquido do Exercício (Lucro/Prejuízo) e a Receita Líquida. O índice de Lucratividade Operacional final é obtido através da razão entre esses dois valores, conforme equação matemática apresentada abaixo:

$\text{LOF} = \frac{\text{Resultado Líquido do Exercício}}{\text{Receita Líquida}} \times 100$	Equação 3
--	------------------

No que diz respeito à interpretação deste indicador, como nos itens anteriores é de igual importância que ele seja maior o possível, quanto mais alto for seu índice melhor será para empresa, isso significa o quanto a empresa teve de lucratividade final em relação à receita líquida.

2.3.3.2 *Indicadores de Rentabilidade*

Os indicadores de rentabilidade possibilitam ao analista medir em termos econômicos o quanto uma empresa foi capaz de gerar lucros, ou seja, medir a rentabilidade dos capitais investidos, permitindo que sejam apurados os rendimentos dos investimentos, ou capital investido na empresa.

Segundo Poeta (2008, p. 39 apud IUDÍCIBUS, 1995):

Expressar a rentabilidade em termos absolutos tem uma utilidade informativa bastante reduzida, pois de nada adianta informar que uma multinacional teve lucro na casa de bilhões, e uma empresa considerada pequena teve um lucro na casa de milhares de unidades monetárias, sendo que todo mundo vai perceber que trata-se de

uma grande empresa e a outra muito pequena, e só; não refletirá, todavia, qual das duas deu maior retorno relativo. Para melhor compreensão é necessário comparar lucro com o Ativo ou lucro com Patrimônio Líquido.

Iudícibus (2008, p.102) ainda complementa que “se quisermos ter uma idéia do retorno para os acionistas, o melhor será relacionarmos o lucro líquido (após o imposto de renda) com o patrimônio líquido etc.”

Como índices de rentabilidade, o presente trabalho abordará o Giro do Ativo, Margem Líquida, Rentabilidade do ativo, Retorno do Capital Investido e rentabilidade do Capital Próprio.

As informações necessárias para realizar o cálculo de tais índices devem ser extraídas das demonstrações contábeis das empresas, principalmente do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício.

a) Giro do Ativo (GA)

É através do Giro do ativo que obtemos a medição do volume de vendas da empresa em relação ao capital total investido, ou seja, ele mostra quanto a empresa vendeu para cada unidade de Real (R\$) de investimento total. Quanto maior for resultado obtido com o cálculo deste índice, melhor será o desempenho da empresa.

O Giro do ativo apresenta a eficiência com que a empresa utiliza seus Ativos, com o objetivo de gerar reais de vendas. Quanto mais for gerado de vendas, mais eficientemente os Ativos serão utilizados.

Segundo Poeta (2008, p.39) *apud* Iudícibus “existe um grande interesse da empresa em vender bastante em relação ao valor do ativo. Quanto maior o giro do ativo pelas vendas, maiores as chances de cobrir as despesas com uma boa margem de lucro”.

O índice de Giro do Ativo é obtido da razão entre a Receita Líquida, obtido pelas Vendas e/ou Prestação de Serviços excluídas as Deduções, e o Ativo Total Médio, conforme podemos observar na equação matemática apresentada:

Receita Líquida	Equação 4
GA = -----	
Ativo Total Médio	

b) Margem Líquida (ML)

Este quociente compara o lucro líquido com as vendas líquidas, de preferência, ele apresenta quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$100,00 (cem reais) vendido.

Para POETA (2008, p.40):

Quando o Giro do Ativo é superior a um e a margem líquida é inferior a um, indica aparentemente uma situação favorável, mas não suficiente para cobrir gastos. Caso contrário, a empresa administra bem seus gastos em relação às vendas, mas não é suficiente boa para dar retorno esperado no Ativo.

Com isso, entende-se que é de suma importância que a empresa mantenha ambos os índices na ordem positiva para que ela esteja em uma boa saúde financeira no desempenho de suas contas.

A Margem líquida é obtida pela razão entre o Lucro Líquido do exercício e as vendas líquidas deste mesmo período.

$ML = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita Líquida}} \times 100$	Equação 5
---	------------------

c) Rentabilidade do Ativo (ROI)

Rentabilidade do Ativo ou Retorno sobre o investimento - ROI que significa *return on investment* em inglês, é o índice que evidencia o poder de geração de lucros por parte de uma empresa. O referido índice mostra quanto de lucro a empresa obteve para cada real de investimento.

Segundo Matarazzo (1993, p.125) o ROI “não é exatamente uma medida de rentabilidade do capital, mas uma medida da capacidade da empresa em gerar lucro líquido e assim poder capitalizar-se. É ainda, uma medida do desempenho comparativo da empresa ano a ano”.

O ROI é obtido pela razão do valor de Lucro Líquido, extraído da DRE, com o valor do Ativo Total Médio, extraído do Balanço Patrimonial.

$\text{ROI} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total Médio}} \times 100$	Equação 6
---	------------------

d) Retorno do Capital Investido (RCI)

O RCI verifica o tempo necessário para que haja tempo total do capital investido em uma empresa, para isso divide-se 100% pelo indicador encontrado, ou seja o ROI.

$\text{RCI} = \frac{100\%}{\text{ROI}}$	Equação 7
---	------------------

e) Rentabilidade do Capital Próprio (ROT)

O índice de Rentabilidade do Capital Próprio ou Índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido, como também pode ser chamado, expressa quanto uma empresa ganhou de lucro para cada unidade de real investido. No entanto, quanto maior for este índice, maior será a lucratividade do capital próprio.

Pode-se dizer que o ROT também retrata quanto vai para o acionista do lucro gerado pelo uso do ativo, quaisquer que tenham sido as fontes de recursos, próprias ou de terceiros. Por esta razão, este quociente é de interesse tanto dos acionistas como da gerência.

Segundo Poeta (2008, p.41) apud Iudícibus “a importância deste índice reside em expressar os resultados globais auferidos pela gerência na gestão de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas”.

Uma das grandes utilidades deste quociente está na sua comparação com taxas de rendimento de mercado, sendo possível, por esta comparação, avaliar se a empresa oferece rentabilidade superior ou inferior a essas opções.

“O papel do índice de rentabilidade do Patrimônio Líquido é mostrar qual a taxa de rendimento do capital Próprio, essa taxa pode ser comparada com a de outros rendimentos

alternativos no mercado, como Poupança⁸, CDB⁹, RDB¹⁰, ações...”. (MATARAZZO, 1993, p.127).

O ROT é encontrado através da razão entre Lucro Líquido e o Patrimônio Líquido Médio.

$\text{ROT} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}}$	Equação 8
---	------------------

2.4 A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL

No final do ano de 2008, o mundo pode perceber os efeitos da crise financeira econômica mundial que teve origem nos Estados Unidos da América e que em pouco tempo havia disseminado seus efeitos a diversos países que investiam ou exportavam seus produtos a este país.

Segundo Wikepedia (2010), com a falência *Lehman Broders*, antigo banco dos Estados Unidos, em atuação desde 1850, decretada em setembro, importantes instituições financeiras, quase que em efeito “cascata” foram “quebrando” uma atrás da outra. Com isso, seguido do tradicional banco, a maior seguradora dos Estados Unidos, AIG – *American International Group*, também decretou estado de falência. A partir dos decretos das falências destas instituições, uma crise financeira estava instalada no país, devido ao fato de os americanos investirem principalmente no mercado mobiliário, atrativo pelos baixos juros aplicados e o mais afetado no país.

Com um mundo globalizado, rapidamente a crise espalhou-se por diversos países. Conforme exposto no Seminário Internews (2008), no Brasil, com a desvalorização da moeda nacional ocorrida em setembro de 2008, as empresas exportadoras que mantinham investimentos em derivativos¹¹ cambiais foram as mais prejudicadas. O Relatório da Administração da Sadia de 2008 explica que tais perdas ocorrem pelo motivo das negociações fora do país serem em dólares, e os custos delas serem em real. Isso demonstra a influência que a moeda internacional têm sobre as negociações com outros países.

⁸ Aplicação Financeira oferecida pela CEF- Caixa Econômica Federal.

⁹ 'CDB' (Certificado de Depósito Bancário.) Estes certificados de depósitos bancários são títulos nominativos emitidos pelos bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Fonte: Wikipedia.

¹⁰ RDB São títulos de renda fixa, representativos de depósitos a prazo, utilizados pelos bancos comerciais como mecanismos de captação de recursos.

¹¹ São ativos financeiros que derivam de outro ativo

3 ESTUDO DE CASO

O presente capítulo apresenta cada uma das empresas em estudo além dos cálculos dos índices e sua interpretação através de gráficos de barras.

As empresas que objetivam o estudo deste trabalho são a Sadia S.A e Perdigão S.A, além da BRF – Brasil Foods S.A, nova denominação da Perdigão desde a incorporação da Sadia entre as duas no ano de 2009.

3.1 APRESENTAÇÃO DAS EMPRESAS

A apresentação das empresas é importante pois contextualiza o tipo de negócio e cenário onde estão inseridas. São apresentadas a seguir as empresas Sadia S.A, Perdigão S.A e BRF – Brasil Foods.

3.1.1 Sadia S.A

Foi em 1944, na cidade de Concórdia, localizada no extremo Oeste Catarinense, que Sr. Attilio Fontana, fundou a Sadia. Segundo o sítio eletrônico da empresa (2010) ela é referência de excelência na indústria de alimentos, tanto no segmento agroindustrial, quanto na produção de alimentos derivados de carnes suína, peru e frango, além de margarinas, massas e sobremesas. A empresa conta que este sucesso se deve à constante preocupação com a qualidade e ao empenho em desenvolver sempre novos produtos.

O *portfolio* da empresa conta hoje com mais de 650 itens, que são distribuídos para mais de 300.000 pontos de venda em todo o Brasil. Além das vendas nacionais, ela exporta mais de 1000 produtos para 100 países, tornado-a uma das maiores empresas de alimentos da América Latina.

A empresa conta hoje com 17 unidades industriais, 10 centros de distribuição mais 17 filiais de vendas espalhadas pelo Brasil, além das 13 unidades que estão alocadas pela América Latina, Europa e Ásia.

3.1.2 Perdigão S.A

A Perdigão é uma empresa catarinense fundada pelas famílias imigrantes italianas Brandalise e Ponzoni em 1934 no município de Videira, no meio-oeste de Santa Catarina. De acordo com o sítio eletrônico da empresa, a trajetória da empresa é a mesma do histórico do ramo alimentício no Brasil.

Desde a década de 30, a Perdigão, que iniciou suas atividades com um pequeno armazém, foi incluindo em suas atividades a indústria e a exploração do comércio em geral, sempre com o foco no ramo alimentício. Possui um mix com mais de 400 produtos. Frangos, suínos, massas prontas, lácteos, margarinas são segmentos que a empresa trabalha atualmente.

Com uma grande capacidade de infra-estrutura instalada, a empresa tem 16 unidades industriais de carnes - localizadas em Santa Catarina, Paraná, Goiás e Rio Grande do Sul e uma rede de distribuição formada por 16 centros próprios e 13 terceirizados. No exterior, possui escritórios comerciais na Europa e Oriente Médio além de um centro de operações na Holanda.

3.1.3 BRF- Brasil Foods S.A

A Brasil Foods S.A é a nova denominação da Perdigão S.A, e suas subsidiárias. A companhia ganhou este nome no ano de 2009 por conta da intenção de fusão com a Sadia. Porém, como um processo de fusão passa por várias fases burocráticas, dentre elas a aprovação do CADE, e é demorado, houve primeiramente a incorporação da Sadia.

A BRF hoje, além das outras empresas, detém a totalidade das ações da Sadia, caracterizando-a subsidiária integral ¹² da Br Foods.

Conforme explica o Relatório da Administração de 2009 da companhia, a aprovação da incorporação das ações HFF S.A (antiga controladora da Sadia) se deu no dia 08 de julho de 2009, em Assembléia Geral Extraordinária realizada pelos acionistas. No primeiro momento, foram incorporadas 226.395.405 ações com base no seu valor econômico de R\$ 1.482.890,00 (mil), mediante troca por 37.637.557 ações ordinárias, resultando num valor de troca de R\$ 39,40 por ação.

¹² É aquela empresa controlada por outra que também nomeia a sua administração. Geralmente são controladas pelo governo, mas também pode ser controlada por empresa privada.

No segundo momento, dia 18 de agosto de 2009, as demais ações foram incorporadas pela BRF. Em Assembléia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação das demais ações que a Sadia detinha, com exceção das ações em Tesouraria. As 446.555.307 ações (ordinárias e preferenciais) com base no seu valor econômico de R\$ 2.335.484,00 (mil), mediante troca por 59.390.963 ações ordinárias, resultando num valor de troca de R\$ 39,32.

A Sadia possuía 673.490.712 ações em circulação até a celebração do acordo de união entre as duas companhias, que totalizavam um valor nominal de R\$3.818.374, 00 (mil). Hoje este valor nominal representa 97.028.520 ações, ou seja, uma ação da Sadia equivale a 14,41% de uma ação de BRF.

O ágio pela emissão destas ações é determinado pelos seguintes valores (em milhares de reais):

Valor de trocas das ações	3.813.374
(-) Custos adicionais de aquisição 1	(38.904)
(-) Acervo Líquido Contábil 2	(386.887)
(=) Valor do Ágio.....	3.470.391

Abaixo distribuição dos valores do ágio ao Capital da BRF (em milhares de reais):

Valor Justo do ativo	
Terrenos.....	393.892
Construções.....	1.023.005
Máquinas e Equipamentos e Instalações.....	647.585
Ajuste a valor presente de mercado dos estoques	897
Expectativa de Rentabilidade Futura	1.405.012

Destaca-se que a Sadia e a Brasil Foods, no dia 07 de julho de 2009, celebraram um APRO (Acordo de Preservação de Reversibilidade da Operação), tal iniciativa assegura a reversibilidade da Operação até a decisão final que exige a aprovação do CADE- Conselho Administrativo de Defesa Econômica¹³.

¹³ Autarquia vinculada ao Ministério da Justiça que tem a finalidade de orientar, fiscalizar, prevenir e apurar abusos de poder econômico, exercendo papel tutelar da prevenção e da repressão a tais abusos.

Até o momento da publicação das Demonstrações Contábeis de 2009, o pedido de fusão entre as companhias estava aguardando posicionamento do Conselho Fiscalizador.

3.2 PADRONIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Com a finalidade de tornar as demonstrações contábeis mais objetivas, primeiramente é feita a padronização do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício.

Nos Anexos A, B, Ee F estão apresentados os Balanços Patrimoniais e DRE's na íntegra, contendo todas as informações oferecidas pelos sítios eletrônicos das empresas ou BOVESPA.

Para otimização, apresentam-se junto com a padronização os valores das análises vertical e horizontal dos anos de 2007, 2008 e 2009 das empresas em estudo.

3.2.1 Balanço Patrimonial da SADIA - Padronizado

Na tabela 1 apresenta-se o Balanço Patrimonial da Sadia, nos anos de 2007 e 2008 com a inclusão das análises vertical e horizontal, devidamente comentadas as contas mais relevantes para estudo.

Tabela 1 - Balanço Patrimonial da SADIA (milhares de reais)

Contas	Análise Vertical				Análise Horizontal
	2008		2007		2008- 2007
Ativo Total	13.658.991	100,00%	8.624.919	100,00%	58,37%
Circulante	7.637.176	55,91%	4.981.248	57,75%	53,32%
Disponibilidades	3.509.328	25,69%	2.683.550	31,11%	30,77%
Créditos (Clientes)	1.603.786	11,74%	636.261	7,38%	152,06%
Estoques	1.851.020	13,55%	1.168.936	13,55%	58,35%
Impostos a compensar	441.818	3,23%	325.868	3,78%	35,58%
Impostos Diferidos	132.969	0,97%	35.992	0,42%	269,44%
Outros Créditos	98.255	0,72%	130.641	1,51%	-24,79%
Não Circulante	6.021.815	44,09%	3.643.671	42,25%	65,27%
Realizável a Longo Prazo	1.539.782	11,27%	573.860	6,65%	168,32%
Investimentos	15.304	0,11%	2.123	0,02%	620,87%
Imobilizado	4.199.901	30,75%	2.881.748	33,41%	45,74%
Diferido	128.715	0,94%	82.572	0,96%	55,88%
Ativos Intangíveis	138.113	1,01%	103.368	1,20%	33,61%
Passivo Total	13.658.991	100,00%	8.624.919	100,00%	58,37%
Circulante	8.418.017	61,63%	2.265.947	26,27%	271,50%
Empréstimos e financiamentos	4.164.391	30,49%	980.327	11,37%	324,80%
Valores a pagar de contratos futuros	2.777.054	20,33%	69.274	0,80%	3908,80%
Fornecedores	918.687	6,73%	593.951	6,89%	54,67%
Salários, Férias e encargos a pagar	154.587	1,13%	132.500	1,54%	16,67%
Impostos e Contribuições a recolher	57.661	0,42%	65.859	0,76%	-12,45%
Dividendos a distribuir	3.901	0,03%	135.666	1,57%	-97,12%
Participação de empregados nos resultados	9.866	0,07%	82.346	0,95%	-88,02%
Impostos Diferidos	12.907	0,09%	10.969	0,13%	17,67%
Outras Obrigações	318.963	2,34%	195.055	2,26%	63,52%
Não Circulante	4.776.135	34,97%	3.140.537	36,41%	52,08%
Empréstimos e Financiamentos	4.384.745	32,10%	2.688.115	31,17%	63,12%
Plano de Benefícios a empregados	118.295	0,87%	107.418	1,25%	10,13%
Contingências	55.517	0,41%	66.794	0,77%	-16,88%
Impostos Diferidos	120.931	0,89%	216.607	2,51%	-44,17%
Plano de opções de compra de ações	8.067	0,06%	14.763	0,17%	-45,36%
Outras Obrigações	88.580	0,65%	46.840	0,54%	89,11%
Participação de acionistas não controladores	53.955	0,40%	34.599	0,40%	55,94%
Patrimônio Líquido	410.884	3,01%	3.183.836	36,91%	-87,09%
Capital Social	2.000.000	14,64%	2.000.000	23,19%	0,00%
Reservas de Capital	-	0,00%	1.650	0,02%	-
Reservas de Lucros	-	0,00%	980.828	11,37%	-
Ações em Tesouraria	-97.064	-0,71%	-84.118	-0,98%	15,39%
Ajustes de avaliação patrimonial	44.994	0,33%	228.830	2,65%	-80,34%
Ajustes acumulados de conversão	-11.718	-0,09%	-	0,00%	-

Fonte: Adaptado da Sadia (2010) pela Autora.

A análise do Balanço Patrimonial da Sadia é realizada a partir dos demonstrativos dos anos de 2007 e 2008, pois em 2009, as suas demonstrações foram incorporadas às da Brasil Foods, mediante acordo celebrado em julho de 2009.

Ao analisar o referente balanço verifica-se que o maior percentual de participação do Ativo Total está representado pelo Ativo Circulante. Através da Análise Vertical, verificou-se que em 2007, o Circulante representou 57,75% do Ativo Total e 55,91% em 2008. O saldo do subgrupo Circulante apresentou uma evolução de 53,32% quando comparado de um ano ao outro, similar ao aumento do Ativo Total que apresentou 58,37%.

O Passivo teve sua maioria representada pelo Não Circulante (36,41%) em 2008 e pelo Circulante (61,63%) em 2009. Feita a análise horizontal, observa-se que o Circulante teve acréscimo de 271,50% de um período para o outro, já o Não Circulante apresentou uma variação positiva de 52,08%.

Em sua totalidade, no ano de 2008 o Passivo sofreu 58,37% de aumento em relação ao ano anterior, sendo o mais expressivo aumento observado na conta Valores de Contratos Futuros (3.908,80%). O aumento destes valores se deu pela empresa realizar contratos futuros como estratégia de diminuir os impactos das variações das taxas cambiais.

O Patrimônio Líquido, ao contrário do Passivo e do Ativo teve redução de 80,34% no ano de 2008, quando comparado ao exercício anterior. No ano de 2007 o PL representava 36,91% e no ano de 2008 passou a representar apenas 3,01% em relação ao Passivo Total. Esta redução se deu em decorrência do prejuízo apurado no ano de 2009, com isto as contas de Reservas de Lucros foram zeradas dando lugar a conta de prejuízo que é redutora do Patrimônio Líquido.

3.2.2 Balanço Patrimonial da BRF – BRASIL FOODS - Padronizado

Na tabela 2 apresenta-se o Balanço Patrimonial da Brasil Foods nos anos de 2007, 2008 e 2009 com a análise vertical e horizontal, devidamente comentadas as contas mais relevantes para estudo.

Diante do fato de a Perdigão passou a ser denominada de Brasil Foods, fato proveniente de uma incorporação, os balanços estão agrupados. Sendo que, para os dados de 2007 e 2008 os valores referem-se ao momento que a empresa ainda chamava-se Perdigão.

Tabela 2 - Balanço Patrimonial da BRASIL FOODS (em milhares de reais)

Contas	Análise Vertical						A.H
	2009		2008		2007		2009-2008
Ativo Total	25.714.327	100,00%	11.223.912	100,00%	6.543.311	100,00%	129,10%
Ativo Circulante	10.446.342	40,62%	5.986.075	53,33%	3.768.208	57,59%	74,51%
Disponibilidades	4.243.769	16,50%	1.976.004	17,61%	1.773.656	27,11%	114,77%
Créditos (Clientes)	1.787.337	6,95%	1.378.046	12,28%	803.938	12,29%	29,70%
Estoques	3.101.324	12,06%	1.688.995	15,05%	865.147	13,22%	83,62%
Outros	1.313.912	5,11%	943.030	8,40%	325.467	4,97%	39,33%
Ativo Não Circulante	15.267.985	59,38%	5.237.837	46,67%	2.775.103	42,41%	191,49%
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.675.535	10,40%	600.567	5,35%	254.318	3,89%	345,50%
Investimentos	17.200	0,07%	1.028	0,01%	1.020	0,02%	1573,15%
Imobilizado	9.274.990	36,07%	2.918.458	26,00%	2.136.918	32,66%	217,80%
Intangível	3.098.320	12,05%	1.545.732	13,77%	269.559	4,12%	100,44%
Diferido	201.940	0,79%	172.052	1,53%	113.288	1,73%	17,37%
Passivo Total	25.714.327	100,00%	11.223.912	100,00%	6.543.311	100,00%	129,10%
Passivo Circulante	5.876.696	22,85%	3.081.792	27,46%	1.941.278	29,67%	90,69%
Empréstimos e Financiamentos	2.911.656	11,32%	1.642.221	14,63%	1.051.794	16,07%	77,30%
Debêntures	2.089	0,01%	4.185	0,04%	0	0,00%	-50,08%
Fornecedores	1.905.368	7,41%	1.083.385	9,65%	575.603	8,80%	75,87%
Impostos, Taxas e Contribuições	220.303	0,86%	100.873	0,90%	55.491	0,85%	118,40%
Dividendos a Pagar	839	0,00%	32	0,00%	44	0,00%	2521,88%
Provisões Férias 13º salário e participação dos empregados	183.616	0,71%	104.378	0,93%	79.834	1,22%	75,91%
Salários a Pagar	196.295	0,76%	34.508	0,31%	27.240	0,42%	468,84%
Juros Sobre Capital Próprio	91.790	0,36%	23.295	0,21%	58.394	0,89%	294,03%
Participações a Pagar	0	0,00%	17.893	0,16%	35.156	0,54%	-100,00%
Impostos Diferidos	20.562	0,08%	932	0,01%	0	0,00%	2106,22%
Outras Obrigações	344.178	1,34%	70.090	0,62%	57.722	0,88%	391,05%
Passivo Não Circulante	6.698.260	26,05%	4.030.806	35,91%	1.376.054	21,03%	66,18%
Empréstimos e Financiamentos	5.884.365	22,88%	3.717.616	33,12%	1.214.069	18,55%	58,28%
Debêntures	0	0,00%	2.076	0,02%	0	0,00%	-100,00%
Provisões	282.396	1,10%	186.362	1,66%	124.360	1,90%	51,53%
Provisões para Contingencias	282.396	1,10%	186.362	1,66%	124.360	1,90%	51,53%
Outros	531.499	2,07%	124.752	1,11%	37.625	0,58%	326,04%
Obrigações Sociais e Tributárias	5.951	0,02%	20.056	0,18%	4.421	0,07%	-70,33%
Impostos Diferidos	257.396	1,00%	72.390	0,64%	30.171	0,46%	255,57%
Outras Obrigações	268.152	1,04%	32.306	0,29%	3.033	0,05%	730,04%
Part. de Acionistas Não Controladores	4.721	0,02%	696	0,01%	0	0,00%	578,30%
Patrimônio Líquido	13.134.650	51,08%	4.110.618	36,62%	3.225.979	49,30%	219,53%
Capital Social Realizado	12.461.756	48,46%	3.445.043	30,69%	2.500.000	38,21%	261,73%
Reservas de Lucro	697.359	2,71%	703.704	6,27%	725.979	11,09%	-0,90%
Legal	71.009	0,28%	66.201	0,59%	62.340	0,95%	7,26%
Outras Reservas de Lucro	626.350	2,44%	637.503	5,68%	663.639	10,14%	-1,75%
Reservas para Expansão	496.423	1,93%	505.070	4,50%	508.140	7,77%	-1,71%
Reserva para Aumento de Capital	160.256	0,62%	160.256	1,43%	160.256	2,45%	0,00%
Ações em Tesouraria	-27.587	-0,11%	-815	-0,01%	-815	-0,01%	3284,91%

Lucros não Realizados	-2.742	-0,01%	-27.008	-0,24%	-3.942	-0,06%	-89,85%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-24.465	-0,10%	-38.129	-0,34%	0	0,00%	-35,84%
Ajustes de Combinação de Negócios	-24.465	-0,10%	-38.129	-0,34%	0	0,00%	-35,84%

Fonte: Adaptada da Brasil Foods (2010)

A análise do Balanço Patrimonial da Brasil, foi realizada a partir dos demonstrativos dos anos de 2007, 2008 e 2009

Verifica-se com a análise do balanço em questão que o maior percentual de participação do Ativo Total está representado pelo Ativo Circulante em 2007 (57,59%) e 2008 (53,33%) e em 2009 a maior participação é representada pelo Não circulante (59,38%). O saldo do subgrupo Circulante apresentou uma evolução de 74,51% quando comparado os anos de 2008 e 2009. O Não Circulante apresentou neste mesmo período 191,49% de aumento em sua conta. O Ativo Total assim como seus subgrupos também sofreu aumento de 2008 para 2009, no valor de 129,10%.

O Passivo teve sua maioria representada pelo Não Circulante em 2008 (35,91%) e 2009 (26,05%) e já em 2007 foi o Passivo Circulante que apresenta 29,67%. Feita a análise horizontal, observa-se que o Circulante aumentou 90,69% de 2008 para 2009.

O Patrimônio Líquido variou em 219,53% do ano de 2008 para o ano posterior. A conta que teve alteração mais expressiva de um ano para o outro foi Ações em Tesouraria com o aumento de 3.284,91%. A alta variação das contas entre os anos de 2008 e 2009 se dá pelo fato das contas de 2008 estarem afetadas negativamente pela crise mundial, e as contas de 2009 superiores por os valores da Sadia estarem incorporados ao seu Capital.

3.2.3 Demonstração do Resultado do Exercício da SADIA – Padronizado

Após análises dos Balanços, apresenta-se na Tabela 3 a Demonstração do Resultado do Exercício padronizado com as análises Verticais e Horizontal.

Tabela 3 - Demonstração do Resultado do Exercício - SADIA S.A (em milhares de reais)

Contas	Análise Vertical				Análise Horizontal
	2008		2007		2008- 2007
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	12.191.896	100,00%	9.909.973	100,00%	23,03%
Mercado Interno	6.606.836	54,19%	5.319.918	53,68%	24,19%
Mercado Externo	5.585.060	45,81%	4.590.055	46,32%	21,68%
Deduções da Receita Bruta	-1.463.254	-12,00%	-1.201.832	-12,13%	21,75%
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	10.728.642	88,00%	8.708.141	87,87%	23,20%
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	-8.109.377	-66,51%	-6.312.130	-63,69%	28,47%
Resultado Bruto	2.619.265	21,48%	2.396.011	24,18%	9,32%
Despesas/Receitas Operacionais	-5.817.115	-47,71%	-1.528.707	-15,43%	280,53%
Com Vendas	-1.727.067	-14,17%	-1.464.262	-14,78%	17,95%
Gerais e Administrativas	-159.362	-1,31%	-113.521	-1,15%	40,38%
Financeiras	-3.892.336	-31,93%	132.042	1,33%	-3047,80%
Outras Receitas Operacionais	0	0,00%	0	0,00%	-
Outras Despesas Operacionais	-35.423	-0,29%	-87.932	-0,89%	-59,72%
Resultado da Equivalência Patrimonial	-2.927	-0,02%	4.966	0,05%	-158,94%
Resultado Operacional	-3.197.850	-26,23%	867.304	8,75%	-468,71%
Resultado Não Operacional	0	0,00%	0	0,00%	-
Resultado Antes Tributação/Participações	-3.197.850	-26,23%	867.304	8,75%	-468,71%
Provisão para IR e Contribuição Social	-26.475	-0,22%	-76.581	-0,77%	-65,43%
IR Diferido	729.233	5,98%	-23.391	-0,24%	-3217,58%
Participações/Contribuições Estatutárias	0	0,00%	0	0,00%	-
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0,00%	0	0,00%	-
Participações Minoritárias	10.258	0,08%	1.016	0,01%	909,65%
Resultado Líquido do Período	-2.484.834	-20,38%	768.348	7,75%	-423,40%

Fonte: Adaptada da Sadia S.A (2010) pela Autora.

Verifica-se através da análise, que a Receita Bruta apresentou um aumento de 23,03% do ano de 2007 em relação ao ano de 2008. Mesmo com este aumento significativo o Resultado Líquido do período sofreu uma redução de 423,40% no mesmo espaço de tempo. Ocasionado principalmente pelo aumento das despesas Operacionais que variou de forma crescente em 280,53%. Dentro destas despesas, o destaque se dá pelo expressivo aumento na conta Despesas Financeiras, dado pelo percentual de 3.047,80%, resultado da diferença de R\$ R\$132.042 de Receita Operacional em 2007 para R\$3.892.336 de Despesa Operacional em 2008. As despesas financeiras são decorrentes das perdas com as variações cambiais no ano de 2008, devidos aos investimentos em derivativos cambiais.

3.2.4 Demonstração de Resultado do Exercício da BRASIL FOODS – Padronizado

Apresenta-se na Tabela 4 a Demonstração do Resultado do Exercício padronizado nos anos de 2007 a 2009 com as análises Verticais e Horizontal.

Tabela 4 - Demonstração do Resultado do Exercício – BRASIL FOODS S.A (em milhares de reais)

Contas	01/01/2009 a 31/12/2009	Análise Vertical 2009	01/01/2008 a 31/12/2008	Análise Vertical 2008	01/01/2007 a 31/12/2007	Análise Vertical 2007	A. Horizontal 2008 -2009
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	18.588.852	100,00%	13.161.318	100,00%	7.788.601	100,00%	41,24%
Vendas Mercado Interno	11.839.810	63,69%	8.104.223	61,58%	4.589.160	58,92%	46,09%
Vendas Mercado Externo	6.749.042	36,31%	5.057.095	38,42%	3.199.441	41,08%	33,46%
Deduções da Receita Bruta	-2.683.076	-14,43%	-1.768.288	-13,44%	-1.155.238	-14,83%	51,73%
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	15.905.776	85,57%	11.393.030	86,56%	6.633.363	85,17%	39,61%
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	-12.270.609	-66,01%	-8.634.151	-65,60%	-4.760.088	-61,12%	42,12%
Resultado Bruto	3.635.167	19,56%	2.758.879	20,96%	1.873.275	24,05%	31,76%
Despesas/Receitas Operacionais	-3.301.156	-17,76%	-2.942.565	-22,36%	-1.489.513	-19,12%	12,19%
Com Vendas	-3.054.338	-16,43%	-1.891.117	-14,37%	-1.278.973	-16,42%	61,51%
Gerais e Administrativas	-230.729	-1,24%	-159.214	-1,21%	-90.389	-1,16%	44,92%
Administrativas	-205.106	-1,10%	-140.379	-1,07%	-76.872	-0,99%	46,11%
Honorários dos Administradores	-25.623	-0,14%	-18.835	-0,14%	-13.517	-0,17%	36,04%
Financeiras	241.229	1,30%	-630.348	-4,79%	-105.390	-1,35%	-138,27%
Receitas Financeiras	1.136.844	6,12%	616.216	4,68%	11.035	0,14%	84,49%
Despesas Financeiras	-895.615	-4,82%	-1.246.564	-9,47%	-116.425	-1,49%	-28,15%
Outras Receitas Operacionais	270.843	1,46%	48.377	0,37%	42.922	0,55%	459,86%
Outras Despesas Operacionais	-530.672	-2,85%	-310.263	-2,36%	-57.683	-0,74%	71,04%
Resultado da Equivalência Patrimonial	2.511	0,01%	0	0,00%	0	0,00%	-
Resultado Operacional	334.011	1,80%	-183.686	-1,40%	383.762	4,93%	-281,84%
Resultado Não Operacional	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	-
Resultado Antes Tributação/Participações	334.011	1,80%	-183.686	-1,40%	383.762	4,93%	-281,84%
Provisão para IR e Contribuição Social	-655.415	-3,53%	-43.335	-0,33%	-46.305	-0,59%	1412,44%
IR Diferido	458.166	2,46%	298.670	2,27%	14.225	0,18%	53,40%
Participações/Contribuições Estatutárias	-20.759	-0,11%	-16.892	-0,13%	-27.192	-0,35%	22,89%
Participações	-20.759	-0,11%	-16.892	-0,13%	-27.192	-0,35%	22,89%
Participações dos Funcionários	-18.068	-0,10%	-13.500	-0,10%	-24.636	-0,32%	33,84%
Participação dos Administradores	-2.691	-0,01%	-3.392	-0,03%	-2.556	-0,03%	-20,67%
Contribuições	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	-
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	-
Part. de Acionistas Não Controladores	4.424	0,02%	-385	0,00%	-3.183	-0,04%	-1249,09%
Lucro/Prejuízo do Período	120.427	0,65%	54.372	0,41%	321.307	4,13%	121,49%

Fonte: Adaptado da Brasil Foods (2010) pela Autora.

A Receita Bruta apresentou um aumento de 41,24% do ano de 2009 em relação ao ano de 2008. Ainda mais significativo que o aumento da receita Bruta foi o aumento verificado no lucro Líquido do Período, de 2008 para 2009, 121,49%.

As variações entre as contas de 2008 e 2009 foram altas pelo motivo, dos resultados de 2008 terem sido afetados pelas consequências da crise de 2008, e estarem abaixo dos resultados médios da empresa e o ano de 2009 as contas se recuperaram porque o mercado começou a estabilizar e a empresa tinha somado ao seu capital o resultado de mais uma empresa, A sadia, que foi incorporada em julho de 2009.

3.3 COLETA DE DADOS

Realizada a padronização do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, o próximo passo é a coleta de dados. São extraídos das demonstrações os seguintes dados:

- Resultado Bruto
- Receita Líquida de Vendas e Serviços
- Resultado Operacional
- Lucro Líquido do Período
- Ativo Total Médio
- Patrimônio Líquido Médio

Além dos dados coletados nas demonstrações padronizadas, existe a necessidade buscar os dados de Ativo Total e Patrimônio Líquido da Sadia e Perdigão ano de 2006, para o cálculo de Ativo Total Médio e Patrimônio Líquido Médio.

3.4 APLICAÇÃO DOS ÍNDICES E DIAGNÓSTICOS

Segue a apresentação dos indicadores de Lucratividade e Rentabilidade, com suas respectivas memórias de cálculos expostas através de quadros e gráficos e diagnósticos.

3.4.1 Indicadores de Lucratividade

Seguem os principais Indicadores de Lucratividade calculados apresentados seus respectivos resultados através de Quadros e Gráficos.

a) Lucratividade Operacional Bruta (LOB)

Para determinação dos valores de Lucratividade Operacional Bruta das empresas é necessária a aplicação da Equação 1 a seguir, com base nos valores obtidos nas Demonstrações Contábeis Padronizadas apresentadas no item 3.2.

$\text{LOB} = \frac{\text{Lucro Operacional Bruto}}{\text{Receita Operacional Líquida}} \times 100$	Equação 1
---	------------------

No Quadro 5 segue a memória de cálculos dos índices de Lucratividade Operacional Bruta das empresas em estudo:

Sadia S.A 2007				
LOB =	$\frac{2.396.011}{8.708.141}$	x 100	=	27,51%
Sadia S.A 2008				
LOB =	$\frac{2.619.265}{10.728.642}$	x 100	=	24,41%
Perdigão S.A 2007				
LOB =	$\frac{1.873.275}{6.633.363}$	x 100	=	28,24%
Perdigão S.A 2008				
LOB =	$\frac{2.758.879}{11.393.030}$	x 100	=	24,22%
BRF - Brasil Foods S.A 2009				
LOB =	$\frac{3.635.167}{15.905.776}$	x 100	=	22,85%

Quadro 5 - Memória de Cálculo LOB

Fonte: Elaborado pela autora.

A organização dos índices, de forma agrupada em quadro, direciona o usuário das informações uma análise mais clara e objetiva, facilitando a sua interpretação ao analisar os percentuais obtidos.

LOB			
	2007	2008	2009
Sadia S.A	27,51%	24,41%	-
Perdigão S.A	28,24%	24,22%	-
Brasil Foods S.A	-	-	22,85%

Quadro 6- Índices LOB

Fonte: elaborado pela Autora

Os dados obtidos nos Quadros 5 e 6 foram representados no Gráfico 1.

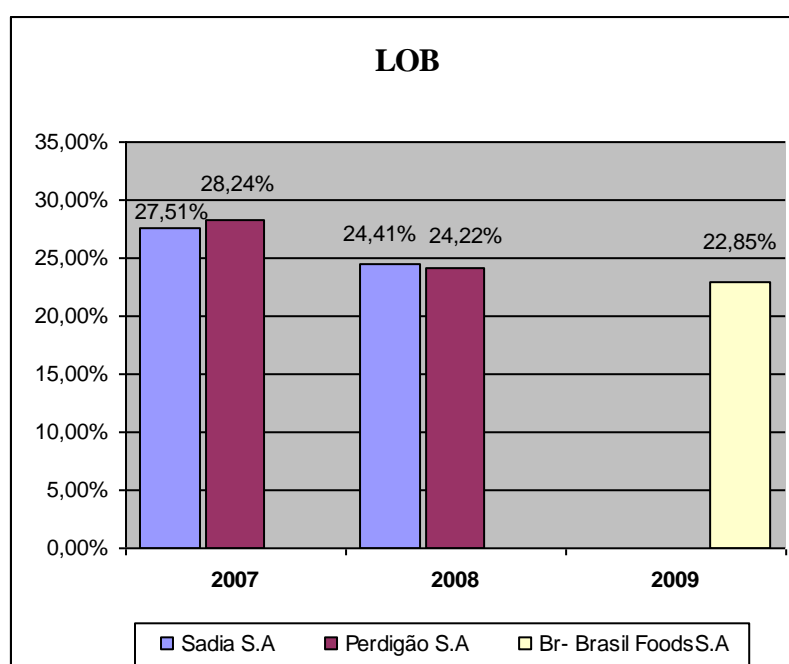


Gráfico 1 – LOB

Fonte: elaborado pela Autora

O gráfico 1 mostra que a Sadia, em 2007, de Lucratividade Operacional Bruta uma 27,51% , e 24,41% em 2008, representando uma redução de 11,27%. A Perdigão teve o mesmo problema de variação, apresentando uma redução de 14,23% em seu LOB.

Quanto a Brasil Foods, a análise se dá pela comparação dos resultados de 2008 da Sadia e da Perdigão, com o resultado de 2009 da Brasil Foods.

Em 2009, a BRF apresentou 22,85% de Lucratividade Operacional Bruta, em contra partida a Sadia obteve 24,41% e a Perdigão 24,22%. Isso representa uma variação negativa de 6,39% em relação a Sadia e de 3,89% em relação a Perdigão.

b) Lucratividade Operacional Líquida (LOL)

Para determinação dos valores de Lucratividade Operacional Líquida das empresas é necessário a aplicação da Equação 2, com base nos valores obtidos nas Demonstrações Contábeis Padronizadas apresentadas no item 3.2.

$\text{LOL} = \frac{\text{Resultado Operacional}}{\text{Receita Líquida}} \times 100$	Equação 2
---	------------------

No quadro 7 segue a memória de cálculos dos índices de Lucratividade Operacional Líquida das empresas em estudo, os valores em milhares de reais:

Sadia S.A 2007				
LOL =	$\frac{867.304}{8.708.141}$	x 100	=	9,96%
Sadia S.A 2008				
LOL =	$\frac{-3.197.850}{10.728.642}$	x 100	=	-29,81%
Perdigão S.A 2007				
LOL =	$\frac{383.762}{6.633.363}$	x 100	=	5,79%
Perdigão S.A 2008				
LOL =	$\frac{-183.686}{11.393.030}$	x 100	=	-1,61%
BRF - Brasil Foods S.A 2009				
LOL =	$\frac{334.011}{15.905.776}$	x 100	=	2,10%

Quadro 7 - Memória de Cálculos de LOL

Fonte: Elaborado pela Autora

Para uma melhor clareza acerca do assunto, segue no quadro 8 os índices agrupados,.

LOL			
	2007	2008	2009
Sadia S.A	9,96%	-29,81%	-
Perdigão S.A	5,79%	-1,61%	-
Br- Brasil Foods S.A	-	-	2,10%

Quadro 8 - Índices LOL

Fonte: elaborado pela Autora

Os dados obtidos nos Quadros 7 e 8 foram representados no Gráfico 2.

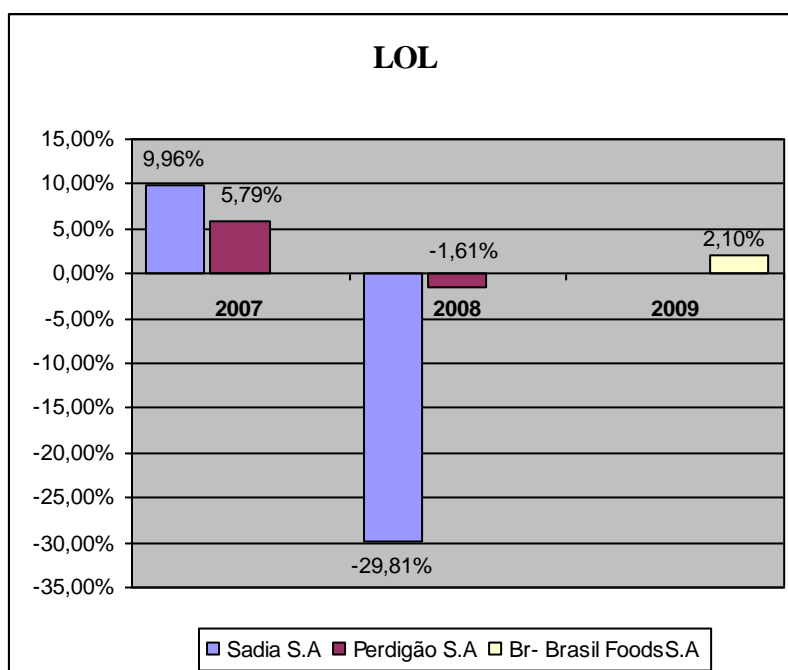


Gráfico 2- LOL

Fonte: elaborado pela Autora

O Gráfico 2 mostra que a Sadia teve em sua Lucratividade Operacional Líquida uma expressiva redução do ano de 2007 (9.96%) para o ano de 2008 (-29,81%), uma diferença de que representa uma redução de praticamente 400%. A Perdigão também obteve problema na variação entre um ano e outro, porém, essa variação é menos expressiva, ela que teve LOL de 5,79% em 2007, teve uma redução para -1,61%, essa variação representando uma queda de 127,81%.

Quanto a Brasil Foods, a análise se dá em pela comparação dos resultados do último exercício da Sadia e Perdigão em seus anos de 2008 com a Brasil Foods em 2009. A BRF apresentou 2,10% de Lucratividade Operacional Líquida no ano de 2009, já a Sadia obteve em 2008, -29,81% e a Perdigão, -1,61%. São 31,91 pontos percentuais que distanciam os

índices da Sadia e da BRF. Essa diferença representa uma evolução de 1.519,52% do índice da Sadia em relação ao da BRF. A diferença em relação a Perdigão é mais discreta. A variação entre os índices da Perdigão e Brasil Foods representam um favorecimento de 230,43%. Esses percentuais ganharam grandes proporções pelo fato de a Sadia ter tido prejuízo no ano 2008, e a Perdigão apresentou um lucro menor como as outras empresas do setor.

c) Lucratividade Operacional Final (LOF):

Para determinação dos valores de Lucratividade Operacional Final das empresas é necessário a aplicação da Equação 3, com base nos valores obtidos nas Demonstrações Contábeis que se encontram anexas.

$\text{LOF} = \frac{\text{Lucro Líquido do Exercício}}{\text{Receita Operacional Líquida}} \times 100$	Equação 3
--	------------------

Segue no quadro 9, a memória de cálculos dos índices de Lucratividade Operacional Final das empresas em estudo, os valores são em milhares de reais:

Sadia S.A 2007				
LOF =	$\frac{768.348}{8.708.141}$	x 100	=	8,82%
Sadia S.A 2008				
LOF =	$\frac{-2.484.834}{10.728.642}$	x 100	=	-23,16%
Perdigão S.A 2007				
LOF =	$\frac{321.307}{6.633.363}$	x 100	=	4,84%
Perdigão S.A 2008				
LOF =	$\frac{54.372}{11.393.030}$	x 100	=	0,48%
BRF - Brasil Foods S.A 2009				
LOF =	$\frac{120.427}{15.905.776}$	x 100	=	0,76%

Quadro 9 - Memória de Cálculos LOF

Fonte: elaborado pela Autora

Segue Quadro 10 com os índices agrupados.

LOF			
	2007	2008	2009
Sadia S.A	8,82%	-23,16%	-
Perdigão S.A	4,84%	0,48%	-
Brf- Brasil Foods S.A	-	-	2,10%

Quadro 10 Índices LOF

Fonte: elaborada pela Autora

Os dados obtidos nos Quadros 9 e 10 foram representados no Gráfico 3.

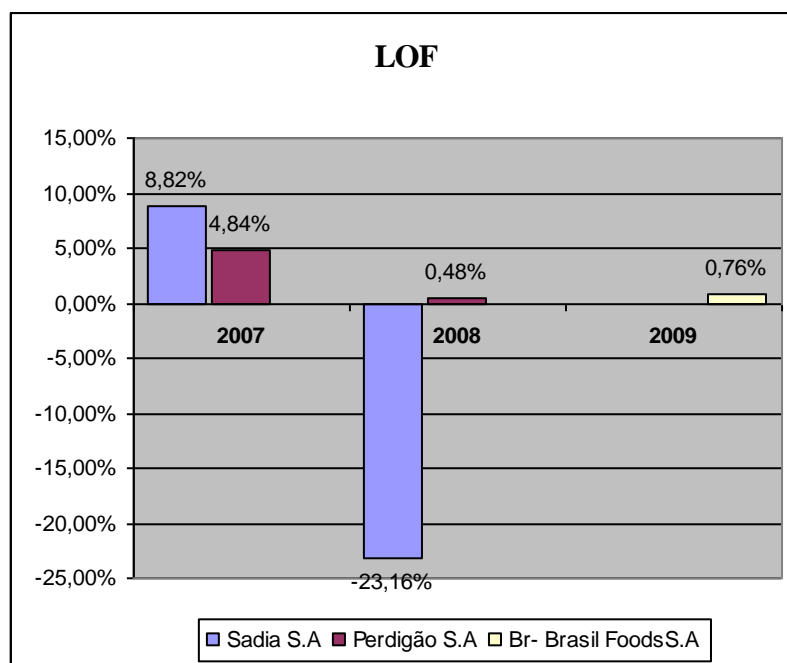


Gráfico 3 – LOF

Fonte: elaborado pela Autora.

O Gráfico 3 mostra que a Sadia teve de Lucratividade Operacional Final uma expressiva redução de 8,82% do ano de 2007 para -23,16% no ano de 2008, uma diferença de 31,98 pontos percentuais que representa uma queda de 362,58%. A Perdigão também obteve problema na variação entre um ano e outro, porém, essa variação é menos expressiva. Ela que teve LOF de 4,84% em 2007, teve uma redução para 0,48%, essa variação representa uma queda de 90,08%.

Quanto a Brasil Foods, a análise se dá em pela comparação dos resultados do último exercício da Sadia e Perdigão em seus anos de 2008 com a Brasil Foods em 2009. A BRF apresentou 0,76% de Lucratividade Operacional Final no ano de 2009, já a Sadia obteve em

2008, -23,16% e a Perdigão, 0,48%. São 23,92 pontos percentuais que distanciam os índices da Sadia e da BRF, essa diferença representa uma evolução de 103,28% do índice da Sadia em relação ao da BRF. A diferença em relação a Perdigão se dá mais discreta. A variação entre os índices da Perdigão e Brasil Foods representam um evolução de 58,33%.

3.4.2 Indicadores de Rentabilidade

a) *Giro do Ativo (GA)*

Para determinação do Giro do Ativo das empresas é necessário a aplicação da Equação 4, com base nos valores obtidos nas Demonstrações Contábeis que se encontram anexas.

$GA = \frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Total Médio}}$	Equação 4
--	------------------

No quadro 11, segue a memória de cálculos do Giro do Ativo das empresas.

Sadia S.A 2007		
GA =	$\frac{8.708.141}{(8.624.919 + 7.576.351) / 2}$	x 100 = 107,50%
Sadia S.A 2008		
GA =	$\frac{10.728.642}{(13.658.991 + 8.624.919) / 2}$	x 100 = 96,29%
Perdigão S.A 2007		
GA =	$\frac{6.633.363}{(6.543.311 + 4.829.416) / 2}$	x 100 = 116,65%
Perdigão S.A 2008		
GA =	$\frac{11.393.030}{(11.223.912 + 6.543.311)}$	x 100 = 128,25%
BRF - Brasil Foods S.A 2009		
GA =	$\frac{15.905.776}{25.714.327}$	x 100 = 61,86%

Quadro 11 – Memória de Cálculos Giro do Ativo

Fonte: Elaborada pela autora

Segue Quadro 12 com os índices agrupados.

GA			
	2007	2008	2009
Sadia S.A	107,50%	96,29%	-
Perdigão S.A	116,65%	128,25%	-
Br- Brasil FoodsS.A	-	-	61,86%

Quadro 12 - Índices G.A

Fonte: elaborado pela Autora.

Os dados obtidos nos Quadros 11 e 12 foram representados no Gráfico 4.

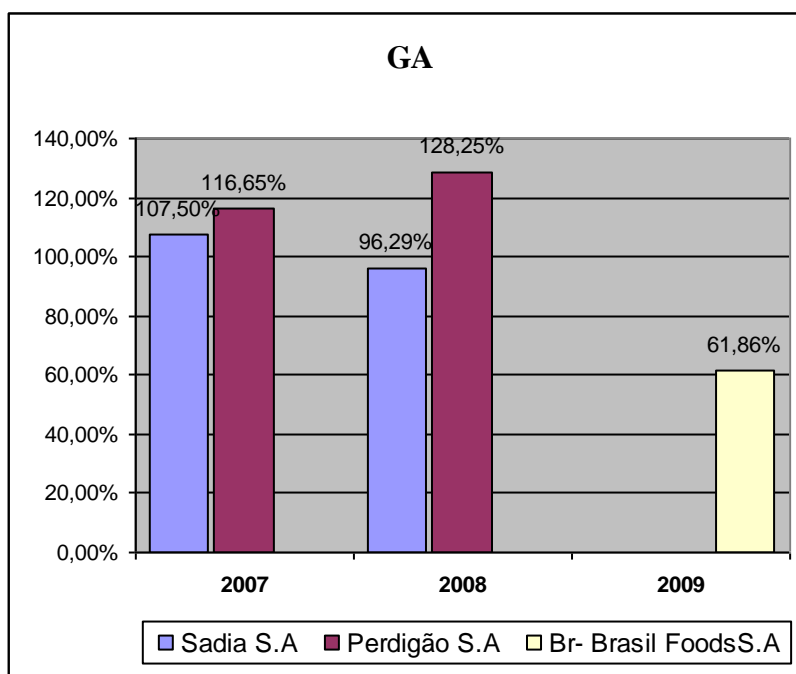


Gráfico 4 - G.A

Fonte: elaborado pela Autora.

O gráfico 4 evidencia o volume de vendas em relação ao Capital Total Investido mostra que o Giro do Ativo da Sadia teve redução de 107,50% do ano de 2007 para 96,29% no ano de 2008, uma diferença que representa uma redução de 10,43%. Enquanto que, a PERDIGÃO obteve variação positiva entre estes anos, essa variação representa um aumento de 9,94%, ela que teve GA de 116,65% em 2007, e 125,25% em 2008.

Quanto à Brasil Foods, a análise se dá pela comparação dos resultados do último exercício da Sadia e Perdigão em seus anos de 2008 com a Brasil Foods em 2009. A BRF apresentou 61,86% no ano de 2009, já a Sadia obteve em 2008. Comparados com os índices

das outras duas empresas, são 34,43 pontos percentuais que distanciam os índices da Sadia da BRF, essa diferença representa um decréscimo de 34,43% do índice da Sadia em relação ao da BRF. A diferença em relação a Perdigão se dá ainda maior. São 66,39 pontos percentuais que distanciam as empresas. A variação entre os índices da Perdigão e Brasil Foods representa uma queda de 51,77%, já que a Perdigão apresentou em 2008, 128,25% de Giro do Ativo.

b) Margem Líquida (ML)

Para determinação da Margem Líquida das empresas é necessário a aplicação da Equação 5, com base nos valores obtidos nas Demonstrações Contábeis que se encontram anexas.

$ML = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}}$	Equação 5
--	------------------

No quadro 13, segue a memória de cálculos da Margem Líquida das empresas.

Sadia S.A 2007				
ML =	$\frac{768.348}{8.708.141}$	x 100	=	8,82%
Sadia S.A 2008				
ML =	$\frac{-2.484.834}{10.728.642}$	x 100	=	-23,16%
Perdigão S.A 2007				
ML =	$\frac{321.307}{6.633.363}$	x 100	=	4,84%
Perdigão S.A 2008				
ML =	$\frac{54.372}{11.393.030}$	x 100	=	0,48%
BRF - Brasil Foods S.A 2009				
ML =	$\frac{334.011}{15.905.776}$	x 100	=	2,10%

Quadro 13- Memória de Cálculos do M.L

Fonte: elaborado pela Autora.

Segue Quadro 14 com os índices agrupados.

Margem Líquida			
	2007	2008	2009
Sadia S.A	8,82%	-23,16%	-
Perdigão S.A	4,84%	0,48%	-
Br- Brasil Foods S.A	-	-	2,10%

Quadro 14 - Índices de Margem Líquida

Fonte: elaborado pela Autora.

Os dados obtidos nos Quadros 13 e 14 foram representados no Gráfico 5.

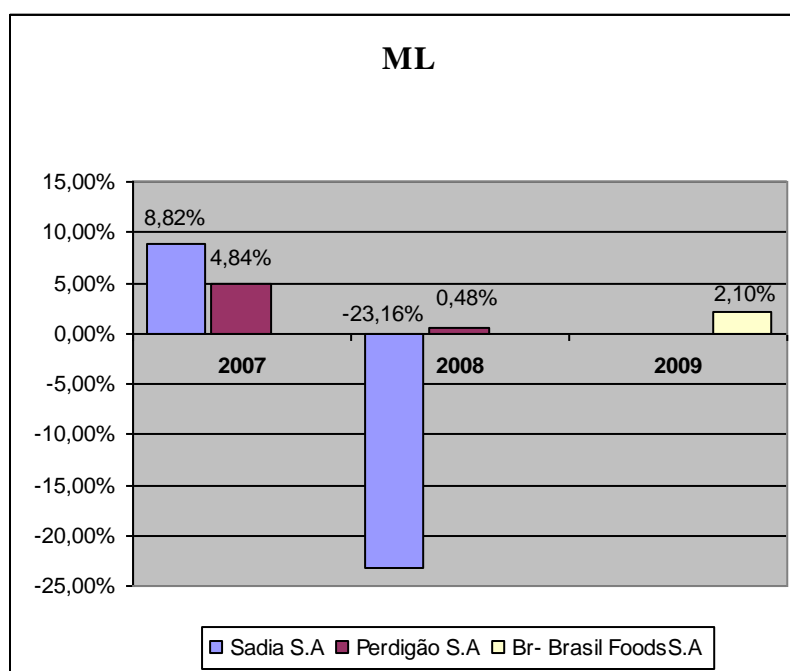


Gráfico 5- ML

Fonte: elaborado pela Autora.

Podemos observar que existem mais de uma nomenclatura para a determinação da razão entre o Lucro Líquido do exercício e as Vendas Líquidas do exercício. A Margem Líquida das empresas já foi calculada em um dos itens anteriores, conforme dito, a ROL usa a mesma equação, somente com nomenclaturas diferentes. Para tanto representa-se a interpretação dos índices.

O gráfico abaixo mostra que a Sadia teve sua Margem Líquida reduzida de 9,96%, referente ao ano de 2007 para -29,81% no ano de 2008, uma diferença de 39,77 pontos

percentuais que representa uma redução de praticamente 400%. A Perdigão também obteve problema na variação entre um ano e outro, porém, essa variação é menos expressiva, ela que teve LOL de 5,79% em 2007, teve uma redução para -1,61%, essa variação representa uma queda de 127,81%.

Quanto à Brasil Foods, a análise se dá em pela comparação dos resultados do último exercício da Sadia e Perdigão em seus anos de 2008 com a Brasil Foods em 2009. A BRF apresentou 2,10% de Margem Líquida no ano de 2009, já a Sadia obteve em 2008, -29,81% e a Perdigão, -1,61%. São 31,91 pontos percentuais que distanciam os índices da Sadia e da BRF, essa diferença representa uma evolução de 1.519,52% do índice da Sadia em relação ao da BRF. A diferença em relação a Perdigão se dá mais discreta. A variação entre os índices da Perdigão e Brasil Foods representam um favorecimento de 230,43%. Pelo mesmo motivo colocado no índice de Lucratividade Líquida as altas diferenças são decorrentes do cenário de crise instalada no ano de 2009.

c) Rentabilidade do Ativo (ROI)

Para determinação da Rentabilidade do Ativo das empresas é necessário a aplicação da Equação 6, com base nos valores obtidos nas Demonstrações Contábeis que se encontram anexas.

$\text{ROI} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total Médio}}$	Equação 6
--	------------------

Segue no quadro 15 a memória de cálculos da Rentabilidade do Ativo das empresas.

Sadia S.A 2007		
ROI =	$\frac{768.348}{(8.624.919 + 7.576.351) / 2}$	= 9,49%
Sadia S.A 2008		
ROI =	$\frac{-2.484.834}{(13.658.991 + 8.624.919) / 2}$	= -22,30%
Perdigão S.A 2007		
ROI =	$\frac{321.307}{(6.543.311 + 4.829.416) / 2}$	= 5,65%
Perdigão S.A 2008		
ROI =	$\frac{54.372}{(11.223.912 + 6.543.311) / 2}$	= 0,61%
BRF - Brasil Foods S.A 2009		
ROI =	$\frac{120.427}{(25.714.327 + 11.223.912) / 2}$	= 0,65%

Quadro 15- Memória de Cálculos de ROI

Fonte: elaborado pela Autora.

Segue Quadro 16 com os índices agrupados.

ROI			
	2007	2008	2009
Sadia S.A	9,49%	-22,30%	-
Perdigão S.A	5,65%	0,61%	-
Br- Brasil FoodsS.A	-	-	0,65%

Quadro 16 – ROI

Fonte: elaborado pela autora

Os dados obtidos nos Quadros 15 e 16 foram representados no Gráfico 6..

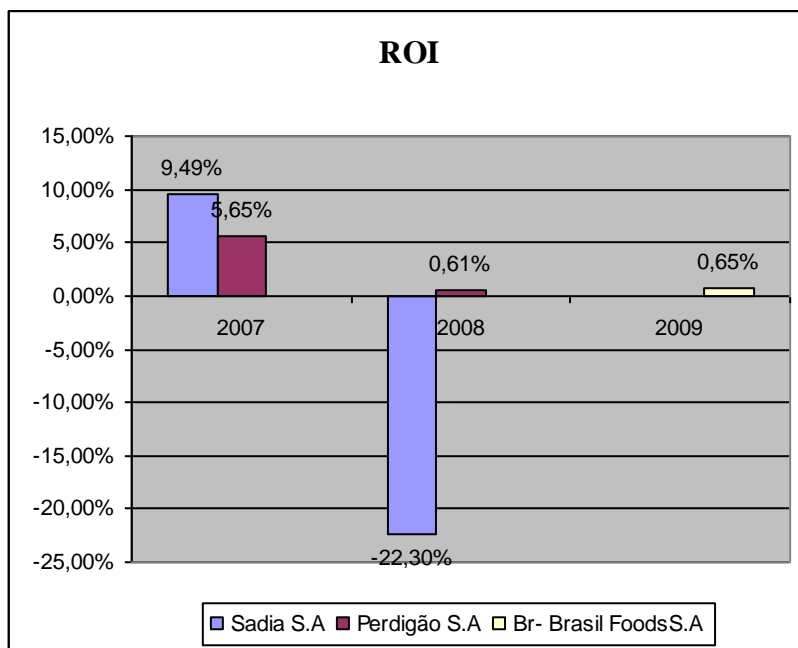


Gráfico 6 – ROI

Fonte: elaborado pela autora.

O gráfico abaixo mostra que a Sadia teve em sua Rentabilidade do Ativo uma expressiva redução de 9,49% do ano de 2007 para -22,30% no ano de 2008, uma diferença de 31,79 pontos percentuais que representa uma redução de 335%. A Perdigão também obteve variação negativa entre um ano e outro, porém, esta é menos expressiva, ela que teve ROI de 5,65% em 2007, teve uma redução para 0,61%, essa variação representa uma queda de 89,20%.

Com relação à Brasil Foods, a análise se dá pela comparação dos resultados do último exercício da Sadia e Perdigão no ano de 2008 com a Brasil Foods em 2009. A BRF apresentou 0,65% de ROI no ano de 2009, já a Sadia obteve em 2008, -22,30% e a Perdigão, 0,61%. São 22,95 pontos percentuais que distanciam os índices da Sadia e da BRF, essa diferença representa uma evolução de 102,91% do índice da Sadia em relação ao da BRF. A diferença em relação a Perdigão se dá mais discreta. A variação entre os índices da Perdigão e Brasil Foods representam um aumento de 6,55%.

d) Retorno do Capital Investido (RCI)

Para determinação do quociente de Retorno do Capital Investido das empresas é necessário a aplicação da Equação 7, com base nos valores obtidos de ROI calculados a partir dos dados das Demonstrações Contábeis que se encontram anexas.

$RCI = \frac{100\%}{ROI}$	Equação 7
---------------------------	------------------

Segue abaixo a memória de cálculos de Retorno do Capital Investido das empresas.

Sadia S.A 2007			
RCI =	$\frac{100}{9,49}$	x 100 =	10,54
Sadia S.A 2008			
RCI =	$\frac{100}{-22,30}$	x 100 =	-4,48
Perdigão S.A 2007			
RCI =	$\frac{100}{5,65}$	x 100 =	17,70
Perdigão S.A 2008			
RCI =	$\frac{100}{0,61}$	x 100 =	163,39
BRF - Brasil Foods S.A 2009			
RCI =	$\frac{100}{0,65}$	x 100 =	153,85

Quadro 17 - Memorial de Cálculos de RCI

Fonte: elaborado pela autora.

Segue Quadro 18 com os índices agrupados.

RCI			
	2007	2008	2009
Sadia S.A	10,54	-4,48	-
Perdigão S.A	17,70	163,39	-
Br- Brasil FoodsS.A	-	-	153,85

Quadro 18 - Índices de RCI

Fonte: elaborado pela autora.

Os dados obtidos nos Quadros 17 e 18 foram representados no Gráfico 7.

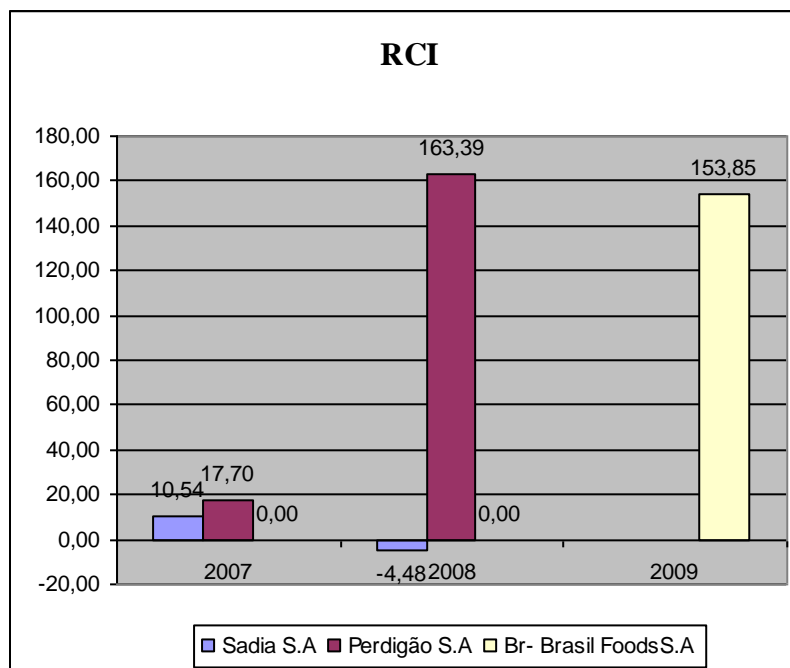


Gráfico 7 – RCI

Fonte: elaborado pela autora.

O gráfico abaixo evidencia que a Sadia teve em seu Retorno do Capital Investido SADIA teve redução de índice de 10,54 do ano de 2007 para -4,48 no ano de 2008, uma diferença que representa uma redução de 142,50%. Enquanto que, a Perdigão obteve variação positiva entre estes anos, essa variação representa um aumento de 823,11%, ela que teve RCI de 17,70 em 2007, passou a ter 163,39 em 2008.

Com relação à Brasil Foods, a análise se dá pela comparação dos resultados do último exercício da Sadia e Perdigão no ano de 2008 com a Brasil Foods em 2009. A BRF apresentou RCI de 213,53 no ano de 2009, já a Sadia obteve em 2008, -4,48 e a Perdigão, 163,39. São 218,01 pontos percentuais que distanciam os índices da Sadia e da BRF, essa diferença representa quase 50 vezes o índice de RCI da Sadia em relação ao da BRF. A diferença em relação a Perdigão se dá mais discreta. A variação entre os índices da Perdigão e Brasil Foods representam decréscimo 5,84%.

e) Rentabilidade do Capital Próprio (ROT)

Para determinação do quociente de Retorno do Capital Investido das empresas é necessário a aplicação da Equação 8, com base nos valores obtidos de ROT calculados a partir dos dados das Demonstrações Contábeis que se encontram anexas.

$\text{ROT} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}}$	Equação 8
---	------------------

Segue Quadro 19 com os índices agrupados.

Sadia S.A 2007		
ROT =	$\frac{768.348}{(3.183.836 + 2458358) / 2}$	x 100 = 27,24%
Sadia S.A 2008		
ROT =	$\frac{-2.484.834}{(410.884 + 3.183.836) / 2}$	x 100 = -138,25%
Perdigão S.A 2007		
ROT =	$\frac{321.307}{(3.225.979 + 2104.872) / 2}$	x 100 = 12,05%
Perdigão S.A 2008		
ROT =	$\frac{5.472}{(4.110.618 + 3.225.979) / 2}$	x 100 = 0,15%
BRF - Brasil Foods S.A 2009		
ROT =	$\frac{120.427}{(13.135.650 + 4.110.618)}$	x 100 = 1,40%

Quadro 19 - Memorial de Cálculo de ROT

Fonte: elaborado pela autora.

No quadro 20, segue os índices agrupados.

ROT			
	2007	2008	2009
Sadia S.A	27,24%	-138,25%	-
Perdigão S.A	12,05%	0,15%	-
Br- Brasil FoodsS.A	-	-	1,40%

Quadro 20 - Índices ROT

Fonte: elaborado pela autora.

Os dados obtidos nos Quadros 19 e 20 foram representados no Gráfico 8.

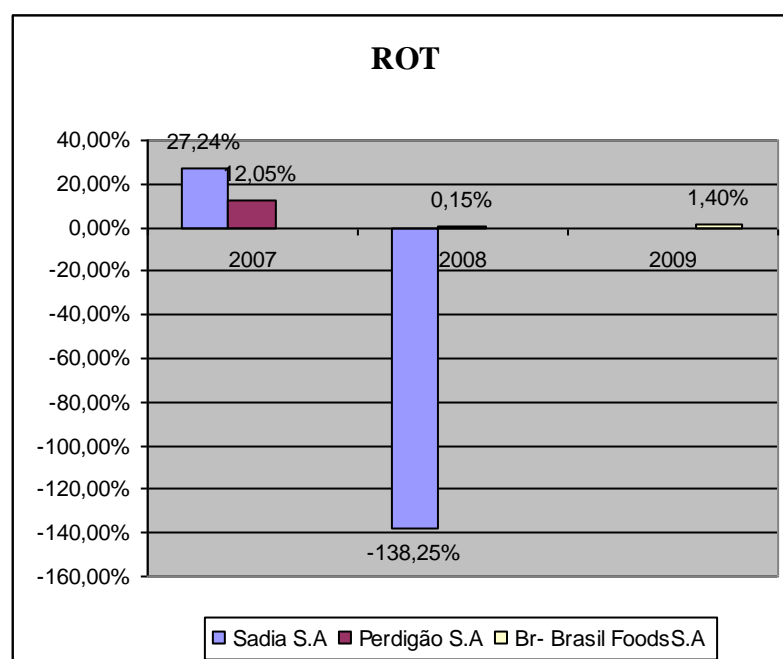


Gráfico 8 – ROT

Fonte: elaborado pela autora.

O gráfico abaixo mostra que a Sadia teve em sua Rentabilidade do Capital Próprio, uma expressiva redução de 27,24% do ano de 2007 para -138,25% no ano de 2008, uma diferença de 165,49 pontos percentuais que representa uma redução de 607,53%. A Perdigão também obteve variação negativa entre um ano e outro, porém, esta é menos expressiva, ela que teve ROT de 12,05% em 2007, teve uma redução para 0,15%, essa variação representa uma redução de 98,75%.

Com relação à Brasil Foods, a análise se dá pela comparação dos resultados do último exercício da Sadia e Perdigão no ano de 2008 com a Brasil Foods em 2009. A BRF apresentou 1,4% de ROT no ano de 2009, já a Sadia obteve em 2008, -138,25% e a Perdigão, 0,15%. São 139,65 pontos percentuais que distanciam os índices da Sadia e da BRF, essa

diferença representa uma evolução de 103,25% do índice da Sadia em relação ao da BRF. A diferença em relação a Perdigão se dá mais discreta. A variação entre os índices da Perdigão e Brasil Foods representam um aumento de 89,29%.

3.5 COMPARATIVO COM O SETOR

Através do uso do programa Economática, disponível no laboratório do NISPE (Núcleo de Informações e Suporte à Pesquisa Econômica) localizado no Centro Sócio-Econômico da UFSC, obteve-se os índices do setor de Agronegócios e Alimentos para efeitos de comparação com a Brasil Foods no ano 2009. É importante destacar, que tais índices são obtidos através de médias aritméticas, com a exclusão dos valores mais discrepantes.

Em relação aos índices de Lucratividade, pode-se observar que a Brasil Foods no ano de 2009 apresentou índices inferiores aos da média do setor no mesmo período, visto que as médias de LOL e LOF ficaram em 2,99% e 2,44% respectivamente, enquanto que a BRF apresentou 2,10% de Lucratividade Operacional Líquida e 0,76% de Lucratividade Operacional Final.

Quanto aos índices de Rentabilidade, como os demais índices, ficaram abaixo da média do setor, quanto à Margem Líquida, enquanto a Brasil Foods apresentou no ano de 2009, 61,86% de Giro do Ativo, o setor apresentou uma média de 98,64%. Quanto ao ROI e ao ROT, a média do setor apresentou-se maior em 246% maior para a Rentabilidade do Patrimônio Líquido e 146% maior para a Rentabilidade do Patrimônio Líquido.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Análise das Demonstrações Contábeis constitui importante ferramenta para a tomada de decisões pelos diversos usuários da Contabilidade. O presente estudo realizou a Análise das Demonstrações Contábeis nas empresas Sadia S.A., Perdigão S.A. e BRFoods S.A., visando estabelecer um comparativo através dos índices de lucratividade e rentabilidade, extraídos dos dados das demonstrações.

4.1 QUANTO AOS OBJETIVOS

Os objetivos específicos propostos no item 1.3.2. foram alcançados ao longo dos capítulos 2 e 3. Por meio da fundamentação teórica foi possível, através da pesquisa bibliográfica, conceituar e detalhar os termos fusão e incorporação, além de expor os tipos de Demonstrações Contábeis exigidas pela legislação societária.

O embasamento teórico também permitiu o conhecimento dos índices de lucratividade e rentabilidade utilizados na elaboração do estudo de caso, onde os mesmos índices foram calculados e apresentados em forma de quadros e gráficos.

4.2 QUANTO AO PROBLEMA

A análise das demonstrações nas empresas Sadia e Perdigão nos anos de 2007 e 2008 permitiu concluir que ambas as companhias em 2007 apresentaram resultado positivo no ramo de alimentício e de agronegócio. Observou-se, no entanto, que em 2008, os resultados das duas empresas tiveram quedas consideráveis, principalmente os da empresa Sadia S.A.

A crise econômica mundial, que teve seu auge em 2008, foi a responsável pela queda de resultados das empresas em estudo. A alta desvalorização da moeda nacional atingiu empresas exportadoras em todo o cenário brasileiro. Diante da situação negativa das organizações, as empresas procuram alternativas de fortalecerem sua economia. A Sadia e a Perdigão, pertencentes ao mesmo ramo de negócio, uniram-se com o propósito de se

reerguerem financeiramente. O grupo Perdigão incorporou a Sadia a sua “família” em julho de 2009. Nessa data, surgiu a Brasil Foods.

Diante disto, surgiu a problemática do trabalho – rentabilidade da empresa após a união de Sadia e Perdigão -, que foi solucionada através do comparativo entre os índices de rentabilidade e lucratividade, calculados a partir das demonstrações contábeis das empresas envolvidas.

Antes da união das duas companhias, ambas companhias apresentavam lucratividade positiva e continuaram apresentando essa lucratividade positiva nas mesmas proporções anteriores, porém no ano de 2009, pode-se observar que a empresa não conseguiu atingir a média do setor. O resultado positivo dá ao fato de que a atividade operacional da empresa continuou gerando lucro. Porém, a rentabilidade das empresas foi negativa, afetada pela ocorrência de altas despesas financeiras, decorrentes dos instrumentos financeiros derivativos de câmbio e de suas dívidas financeiras líquidas serem denominadas em dólar. Com a desvalorização da moeda nacional em decorrência da crise financeira mundial, as dívidas financeiras cresceram proporcionalmente a este fato, fazendo com que a empresa não conseguisse atingir a média do setor no mesmo período.

O que se pode observar no processo de incorporação da Perdigão e Sadia é que a rentabilidade das empresas melhorou, obtendo valores positivos no ano de 2009, embora não satisfatórios, pois apesar de positivos os resultados apresentados pela empresa no exercício de 2009, o ideal teria sido se os índices de avaliação tivessem atingido pelo ao menos a média do setor. Quanto aos índices de lucratividade, a diferença foi pequena e espera-se que em pouco tempo a empresa restabeleça a qualidade destes indicadores em curto prazo. Porém quanto aos índices de rentabilidade, devido ao fato de as proporções serem maiores, possivelmente a empresa terá que tomar melhores medidas administrativas para restabelecer seus indicadores e alcançar a média do setor em um tempo reduzido, caso contrário, o tempo necessário será ainda maior.

4.3 RECOMENDAÇÕES

Para futuros trabalhos recomenda-se a utilização de um número maior de índices de lucratividade e rentabilidade, para uma análise mais aprofundada. Em uma outra abordagem a

análise da situação das empresas pode ser direcionada a um tipo de usuário específico, por exemplo, calcular e analisar índices úteis apenas aos acionista ou apenas aos fornecedores.

Analisar novamente os dados quando a fusão das empresas em estudo estiver completamente concluída também é outra opção de análise, além de poder estudá-las num período maior de tempo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. *Contabilidade Avançada: textos, exemplos e exercícios resolvidos*. São Paulo: Atlas, 1997.

ALVES, M. B. M.; ARRUDA, S. M. *Como fazer referências: bibliográficas, eletrônicas e demais documentos*. 2007. Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br>>. Acesso em: 26 set. 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR6023: informação e documentação, referências, elaboração*. Rio de Janeiro, 2002.

BENFICA, Christiana Caetano Guimarães. *Reorganização Societária: procedimentos societários, contábeis e fiscais a serem adotados*. Disponível em: <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/journals/2/articles/33198/public/33198-42088-1-PB.pdf> . Acesso em 20. maio. 2010.

BEUREN, Ilse Maria, *et al.* *Como elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática*. 3.ed. São Paulo:Atlas, 2008.

BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS – BM&FBOVESPA S.A
Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em: 2. Mar. 2010.

BRAGA, Hugo Rocha. *Demonstrações Contábeis. Estrutura, Análise e Interpretação*. 5. ed. São Paulo. Atlas, 2003.

BRASIL. *Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976*. Dispõe sobre as Sociedades por ações. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L6404consol.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2009.

BRASIL. *Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995*. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9249.htm>>. acesso em 2. mar. 2010.

BRASIL. *Lei 10.406, de 10 de fevereiro de 2002*. Institui o Código Civil. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10406.htm>>. Acesso em 02. Mar. 2010.

BRASIL. *Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007*. Altera e revoga dispositivos da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da lei nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm> . Acesso em: 15 nov. 2009.

BRASIL. *Lei 11.941, de 28 de dezembro de 2007*. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972, as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.469, de 10 de julho de 1997, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.887, de 18 de junho de 2004, e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Decreto-Lei no 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e as Leis nos 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.116, de 18 de maio de 2005, 11.732, de 30 de junho de 2008, 10.260, de 12 de julho de 2001, 9.873, de 23 de novembro de 1999, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.345, de 14 de setembro de 2006; prorroga a vigência da Lei no 8.989, de 24 de fevereiro de 1995; revoga dispositivos das Leis nos 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.620, de 5 de janeiro de 1993, do Decreto-Lei no 73, de 21 de novembro de 1966, das Leis nos 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.964, de 10 de abril de 2000, e, a partir da instalação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os Decretos nos 83.304, de 28 de março de 1979, e 89.892, de 2 de julho de 1984, e o art. 112 da Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm>. Acesso em 02. mar. 2010

BRF-BRASILFOODS. Empresas Perdigão. Disponível em: <<http://www.perdigao.com.br/empresasperdigao/index.cfm>>. Acesso em 02 fev. 2010.

CREPALDI, Silvio Aparecido. *Curso básico de Contabilidade*. Ed. Atlas. São Paulo, 1995. 362p

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Resolução 737, de 27 de novembro de 1992*. Aprova a NBC T 6 – Da Divulgação das Demonstrações Contábeis. Disponível em: www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_737.doc. Acesso em 2. mar. 2010.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. *Instrução nº 247, de 37 de março de 1996*. Dispõe sobre a avaliação de investimentos em sociedades coligadas e controladas e sobre os procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, para o pleno atendimento aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, altera e consolida as Instruções CVM nº 01, de 27 de abril de 1978, nº 15, de 03 de novembro de 1980, nº 30, de 17 de janeiro de 1984, e o artigo 2º da Instrução CVM nº 170, de 03 de janeiro de 1992, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiatio.asp?Tipo=I&File=/inst/inst247.htm>>. Acesso em 02. mar. 2010.

COMISSÃO DE VALORES IMOBILIÁRIOS. *Deliberação nº 547, de 13 de agosto de 2008*. Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata da Demonstração dos Fluxos de caixa – DFC. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/port/infos/deli547.pdf>>. Acesso em: 20. maio. 2010.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico CPC 09. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_09.pdf>. Acesso em 20.maio. 2010

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. *Demonstração do Valor Adicionado*. São Paulo: Atlas, 1998. p. 104.

FERREIRA, Ricardo J.. *Comentários à Lei nº 11.638/07, que altera a Lei nº 6.404/76*. Disponível em: <editoraferreira.com.br>. Acesso em: 20 de junho de 2009.

FONTÃO, Melissa Neves Petropulos. *Retorno de Investimentos: Análise da melhor opção de investimento entre os quatro maiores bancos de 2008*. Florianópolis, 2009, 150 p. Trabalho de conclusão de curso (monografia) – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

FRANCO, Hilário. *Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços*. 14. ed. São Paulo: atlas. 1980.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São paulo: Atlas, 1999.

IUDIBÍCIUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações*: aplicável também às demais sociedades. 4. Ed. São Paulo. Atlas. 1995.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações*: aplicável também às demais sociedades, 7. ed. ver e atualizada. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. *Contabilidade comercial*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1995. 327 p.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; *Análise de Balanços*. 9^a ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria ; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia Científica*, São Paulo: Atlas, 1989.

LUNKES, Rogério João. *Manual de contabilidade hoteleira*. São Paulo: Atlas, 2004. 248p.

MARCANTONIO, Antônia; SANTOS, Martha; LEHFELD, Aparecida. *Elaboração e divulgação do trabalho científico*. São Paulo: Atlas, 1993.

MARION, Jose Carlos . *Análise das Demonstrações Contábeis – Contabilidade Empresarial*. São Paulo: Atlas, 2001.

MARION, José Carlos. *Contabilidade básica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, José Carlos. *Contabilidade Empresarial*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MARION, José Carlos. *Contabilidade Empresarial*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998

MARION, José Carlos. *Contabilidade Empresarial*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARION, Jose Carlos . *Contabilidade empresarial*. 13.ed. rev. atual. e modernizada. São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, José Carlos. *Contabilidade Empresarial*. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARQUES, Camila. O papel do CADE e a importância da concorrência. IMES Universidade. Disponível em: <<http://www.imesexplica.com.br/2805fusao-cade.asp>>. Acesso em: 02 dez. 2009.

MATARAZZO, Dante C. *Análise Financeira de Balanços: Abordagem Básica*. vol.1. 2. ed. São Paulo: Atlas. 1988.

MATARAZZO, Dante C. *Análise Financeira de Balanços: Abordagem Básica*. 2. ed. São Paulo: Atlas. 1993.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo V. *Contabilidade Avançada e Análise das Demonstrações Financeiras*. 13. ed. São Paulo: Frase, 2004.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. *Tratado de Metodologia Científica: Projetos de Pesquisas, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

POETA, Ismael Schilling. *A importância da análise das demonstrações contábeis para obter informações econômico-financeiras das empresas: um estudo de caso nas empresas Perdigão S.A e Sadia S.A*. 93 f. Monografia do Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de santa Catarina. Florianópolis.

RECEITA FEDERAL. *Lei nº 8.884, de 21 de junho de 1994*. Dispõe sobre o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários, e dá outras providências. Disponível em <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Leis/Ant2001/lei889494.htm>> . Acesso em 2. mar. 2010.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Legislação. Por assunto. Impostos sobre a Renda PJ. Regulamentos. RIR/99. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/rir/default.htm>>. Acesso em: 20 set. 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSA, Michele. *Análise dos Aspectos Contábeis e Fiscais nas operações de Fusão, Cisão e Incorporação de Empresas*. Florianópolis: UFSC, 2000.

SADIA. Investidores. Disponível em: < <http://ri.sadia.com.br/> >. Acesso em: 02 fev. 2010.

SILVA, Simone da Sena; MORAES JR., Valdério Freire de Moraes. *Análise Econômico - Financeira dos índices de Lucratividade ROA e ROE, baseado no modelo ROI*. Disponível

em: < http://webserver.falnatal.com.br/revista_nova/a4_v2/artigo_12.pdf>. Acesso em 31 maio. 2010.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. *Balanço Social: Uma abordagem sócio-econômica da contabilidade. Dissertação de mestrado (Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo)*. São Paulo: FEA/USP, 1984.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. *Balanço Social – Uma Abordagem da Transparência e da Responsabilidade Pública das Organizações*. São Paulo: Atlas, 2001.

ZANLUCA, Júlio César. *DVA – Demonstração do Valor Adicionado*. Disponível em: < <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/demonstracaodovalor.htm>>. Acesso em 19 Maio. 2010.

ANEXO A

BRF - BRASIL FOODS S.A

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (reais mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007
1	Ativo Total	25.714.327	11.223.912	6.543.311
1.01	Ativo Circulante	10.446.342	5.986.075	3.768.208
1.01.01	Disponibilidades	4.243.769	1.976.004	1.773.656
1.01.01.01	Caixa e Equivalente a Caixa	1.898.240	1.233.455	1.108.028
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	2.345.529	742.549	665.628
1.01.02	Créditos	1.787.337	1.378.046	803.938
1.01.02.01	Clientes	1.787.337	1.378.046	803.938
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0	0
1.01.03	Estoques	3.101.324	1.688.995	865.147
1.01.04	Outros	1.313.912	943.030	325.467
1.01.04.01	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
1.01.04.02	Impostos a Recuperar	745.591	576.337	174.402
1.01.04.03	Impostos Diferidos	173.834	128.194	35.335
1.01.04.04	Títulos a Receber	33.217	48.746	18.455
1.01.04.05	Outros Direitos	273.881	121.618	65.391
1.01.04.06	Despesas Antecipadas	87.389	68.135	31.884
1.02	Ativo Não Circulante	15.267.985	5.237.837	2.775.103
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.675.535	600.567	254.318
1.02.01.01	Créditos Diversos	12.808	11.578	11.826
1.02.01.01.01	Clientes	12.808	11.578	11.826
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	2.662.727	588.989	242.492
1.02.01.03.01	Aplicações Financeiras	676.681	155	63.292
1.02.01.03.02	Impostos a Recuperar	654.409	147.490	33.504
1.02.01.03.03	Impostos Diferidos	943.994	326.832	77.870
1.02.01.03.04	Titulos a Receber	92.620	54.889	43.990
1.02.01.03.05	Depositos Judiciais	83.421	23.313	14.015
1.02.01.03.06	Bens Destinados a Venda	47.891	5.770	0
1.02.01.03.07	Outros Direitos	162.757	29.017	7.972
1.02.01.03.08	Despesas Antecipadas	954	1.523	1.849
1.02.02	Ativo Permanente	12.592.450	4.637.270	2.520.785
1.02.02.01	Investimentos	17.200	1.028	1.020
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	16.138	0	0
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	1.062	1.028	1.020
1.02.02.01.06	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	9.274.990	2.918.458	2.136.918
1.02.02.03	Intangível	3.098.320	1.545.732	269.559
1.02.02.04	Diferido	201.940	172.052	113.288
2	Passivo Total	25.714.327	11.223.912	6.543.311
2.01	Passivo Circulante	5.876.696	3.081.792	1.941.278
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.911.656	1.642.221	1.051.794
2.01.02	Debêntures	2.089	4.185	0

2.01.03	Fornecedores	1.905.368	1.083.385	575.603
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	220.303	100.873	55.491
2.01.04.01	Obrigações Tributárias	183.635	66.578	29.797
2.01.04.02	Contribuições Sociais	36.668	34.295	25.694
2.01.05	Dividendos a Pagar	839	32	44
2.01.06	Provisões	183.616	104.378	79.834
2.01.06.01	Provisões para Férias e 13º Salário	108.171	104.378	79.834
2.01.06.02	Participação Empregados no Resultado	75.445	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	652.825	146.718	178.512
2.01.08.01	Salários a Pagar	196.295	34.508	27.240
2.01.08.02	Juros Sobre Capital Próprio	91.790	23.295	58.394
2.01.08.03	Participações a Pagar	0	17.893	35.156
2.01.08.04	Impostos Diferidos	20.562	932	0
2.01.08.05	Outras Obrigações	344.178	70.090	57.722
2.02	Passivo Não Circulante	6.698.260	4.030.806	1.376.054
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	6.698.260	4.030.806	1.376.054
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	5.884.365	3.717.616	1.214.069
2.02.01.02	Debêntures	0	2.076	0
2.02.01.03	Provisões	282.396	186.362	124.360
2.02.01.03.01	Provisões para Contingências	282.396	186.362	124.360
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	531.499	124.752	37.625
2.02.01.06.01	Obrigações Sociais e Tributárias	5.951	20.056	4.421
2.02.01.06.02	Impostos Diferidos	257.396	72.390	30.171
2.02.01.06.03	Outras Obrigações	268.152	32.306	3.033
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	4.721	696	0
2.05	Patrimônio Líquido	13.134.650	4.110.618	3.225.979
2.05.01	Capital Social Realizado	12.461.756	3.445.043	2.500.000
2.05.02	Reservas de Capital	0	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	697.359	703.704	725.979
2.05.04.01	Legal	71.009	66.201	62.340
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	626.350	637.503	663.639
2.05.04.07.01	Reservas para Expansão	496.423	505.070	508.140
2.05.04.07.02	Reserva para Aumento de Capital	160.256	160.256	160.256
2.05.04.07.03	Ações em Tesouraria	-27.587	-815	-815
2.05.04.07.04	Lucros não Realizados	-2.742	-27.008	-3.942
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-24.465	-38.129	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	-24.465	-38.129	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

ANEXO B**BRF - BRASIL FOODS S.A****DEMONSTRATIVO DO RESULTADO EXERCÍCIO CONSOLIDADO (reais mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	01/01/2009 a 31/12/2009	01/01/2008 a 31/12/2008	01/01/2007 a 31/12/2007
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	18.588.852	13.161.318	7.788.601
3.01.01	Vendas Mercado Interno	11.839.810	8.104.223	4.589.160
3.01.02	Vendas Mercado Externo	6.749.042	5.057.095	3.199.441
3.02	Deduções da Receita Bruta	-2.683.076	-1.768.288	-1.155.238
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	15.905.776	11.393.030	6.633.363
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	-12.270.609	-8.634.151	-4.760.088
3.05	Resultado Bruto	3.635.167	2.758.879	1.873.275
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	-3.301.156	-2.942.565	-1.489.513
3.06.01	Com Vendas	-3.054.338	-1.891.117	-1.278.973
3.06.02	Gerais e Administrativas	-230.729	-159.214	-90.389
3.06.02.01	Administrativas	-205.106	-140.379	-76.872
3.06.02.02	Honorários dos Administradores	-25.623	-18.835	-13.517
3.06.03	Financeiras	241.229	-630.348	-105.390
3.06.03.01	Receitas Financeiras	1.136.844	616.216	11.035
3.06.03.02	Despesas Financeiras	-895.615	-1.246.564	-116.425
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	270.843	48.377	42.922
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	-530.672	-310.263	-57.683
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	2.511	0	0
3.07	Resultado Operacional	334.011	-183.686	383.762
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	334.011	-183.686	383.762
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	-655.415	-43.335	-46.305
3.11	IR Diferido	458.166	298.670	14.225
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	-20.759	-16.892	-27.192
3.12.01	Participações	-20.759	-16.892	-27.192
3.12.01.01	Participações dos Funcionários	-18.068	-13.500	-24.636
3.12.01.02	Participação dos Administradores	-2.691	-3.392	-2.556
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	4.424	-385	-3.183
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	120.427	54.372	321.307

ANEXO C

BRF - BRASIL FOODS S.A

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA- MÉTODO INDIRETO (reais mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	01/01/2009 a 31/12/2009	01/01/2008 a 31/12/2008	01/01/2007 a 31/12/2007
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	467.092	528.246	337.462
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	120.427	54.372	321.307
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	207.111	-748.021	-222.891
4.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	118.871	-194.932	-99.305
4.01.02.02	Estoques	244.682	-464.528	-223.779
4.01.02.03	Fornecedores	-28.934	255.771	94.113
4.01.02.04	Pagamento de Contingencias	-30.063	-26.993	-9.304
4.01.02.05	Salarios/Obrigações Sociais/Outros	-97.445	-317.339	15.384
4.01.03	Outros	139.554	1.221.895	239.046
4.01.03.01	Participações de Acionistas não Control.	-4.424	385	3.183
4.01.03.02	Depreciação/Amortização/Exaustão	590.747	448.565	272.241
4.01.03.03	Amortização de Ágio	0	152.996	21.398
4.01.03.04	Resultado na Alienação do Permanente	59.847	35.658	18.608
4.01.03.05	Imposto sobre a Renda Diferidos	182.258	-291.084	-14.225
4.01.03.06	Provisão/Reversão de Contingencias	-14.882	-34.071	3.530
4.01.03.07	Outras Provisões	20.167	7.763	9.897
4.01.03.08	Juros e Variações Cambiais	-691.648	892.036	-75.586
4.01.03.09	Reconhecimento do Efeito do Plano Verão	0	0	0
4.01.03.10	Efeito da lei 11.638/07	0	9.647	0
4.01.03.11	Resultado de Investimento em Controladas	-2.511	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.223.152	-1.627.560	-831.195
4.02.01	Aplicações Financeiras	-9.688.501	-2.733.029	-350.511
4.02.02	Resgate de Aplicações Financeiras	8.800.731	2.829.899	541.108
4.02.03	Aplicações no Imobilizado	-693.169	-634.511	-509.744
4.02.04	Aquisições /Formação de Matrizes	-225.944	-208.334	-126.102
4.02.05	Alienação do Imobilizado	66.387	13.047	4.186
4.02.06	Aquisição de empresas, Líquido do Caixa	511.285	-796.132	-347.292
4.02.07	Aplicações no Diferido	0	-98.493	-42.840
4.02.08	Outros Investimentos Líquidos	-58.770	-7	0
4.02.09	Alienação de empresas, Líquido de caixa	64.829	0	0
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	1.567.617	1.118.377	1.265.196
4.03.01	Tomada de Financiamento	2.604.568	3.247.970	1.705.928
4.03.02	Pagamento de Financiamento	-6.210.507	-2.048.750	-1.265.177
4.03.03	Aumento de Capital	5.290.000	33.489	900.000
4.03.04	Dividendos/Juros do Capital Próprio pgto	-24.783	-114.332	-75.555
4.03.05	Custo com Emissão de Ações	-91.661	0	0
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-146.772	106.364	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	664.785	125.427	771.463
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.233.455	1.108.028	336.565
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.898.240	1.233.455	1.108.028

ANEXO D

BRF - BRASIL FOODS S.A

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO (reais mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	01/01/2009 a 31/12/2009	01/01/2008 a 31/12/2008	01/01/2007 a 31/12/2007
6.01	Receitas	17.643.263	12.488.485	7.437.287
6.01.01	Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	17.922.339	12.606.572	7.458.523
6.01.02	Outras Receitas	-244.144	-108.007	-13.635
6.01.03	Receitas refs. à Constr. Ativos Próprios	0	0	0
6.01.04	Provisão/Rev. Crédts. Liquidação Duvidosa	-34.932	-10.080	-7.601
6.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-12.340.980	-8.616.589	-4.721.955
6.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-9.396.913	-6.987.625	-3.682.311
6.02.02	Materiais-Energia-Servs Terceiros-Outros	-2.942.727	-1.613.896	-1.036.292
6.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-1.340	-15.068	-3.352
6.02.04	Outros	0	0	0
6.03	Valor Adicionado Bruto	5.302.283	3.871.896	2.715.332
6.04	Retenções	-590.747	-601.561	-293.638
6.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-590.747	-601.561	-293.638
6.04.02	Outras	0	0	0
6.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.711.536	3.270.335	2.421.694
6.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.139.791	616.549	11.227
6.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.511	0	0
6.06.02	Receitas Financeiras	1.136.844	616.216	11.035
6.06.03	Outros	436	333	192
6.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.851.327	3.886.884	2.432.921
6.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.851.327	3.886.884	2.432.921
6.08.01	Pessoal	2.159.302	1.320.205	969.480
6.08.01.01	Remuneração Direta	1.775.268	1.073.520	814.043
6.08.01.02	Benefícios	275.480	177.460	112.802
6.08.01.03	F.G.T.S.	108.554	69.225	42.635
6.08.01.04	Outros	0	0	0
6.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.613.266	1.201.054	1.018.867
6.08.02.01	Federais	1.626.831	544.560	623.582
6.08.02.02	Estaduais	980.237	649.571	392.027
6.08.02.03	Municipais	6.198	6.923	3.258
6.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	962.756	1.310.868	120.084
6.08.03.01	Juros	895.615	1.246.564	83.361
6.08.03.02	Aluguéis	67.141	64.304	36.723
6.08.03.03	Outras	0	0	0
6.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	116.003	54.757	324.490
6.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	100.000	76.415	100.200
6.08.04.02	Dividendos	0	0	0
6.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	20.427	-22.043	221.107
6.08.04.04	Part. Não Controladores Lucros Retidos	-4.424	385	3.183
6.08.05	Outros	0	0	0

ANEXO E

BRF - BRASIL FOODS S.A
DMPL CONSOLIDADO - 01/01/2009 a 31/12/2009 (reais mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízo Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	3.445.043	0	0	703.704	0	-38.129	4.110.618
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	3.445.043	0	0	703.704	0	-38.129	4.110.618
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	120.427	0	120.427
5.05	Destinações	0	0	0	20.427	-120.427	0	-100.000
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-100.000	0	-100.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	20.427	-20.427	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	4.808	-4.808	0	0
5.05.03.02	Reserva para Expansão	0	0	0	-8.647	8.647	0	0
5.05.03.03	Lucros não realizados	0	0	0	24.266	-24.266	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	13.664	13.664
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	13.664	13.664
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	9.016.713	0	0	0	0	0	9.016.713
5.08.01	Aumento do Capital Social	9.108.374	0	0	0	0	0	9.108.374
5.08.02	Custo com Emissão de Ações	-91.661	0	0	0	0	0	-91.661
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-26.772	0	0	-26.772
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	12.461.756	0	0	697.359	0	-24.465	13.134.650

ANEXO F

SADIA S.A
BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2008	2007	2008	2007
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	144.015	251.587	2.163.998	680.655
Aplicações financeiras	6				
- Títulos para negociação		425.652	190.624	495.654	376.170
- Títulos disponíveis para venda		329.672	194.586	849.676	1.626.725
Valores a receber de contratos futuros	23	300.874	-	813.319	149.675
Contas a receber de clientes	7	1.049.156	439.944	790.467	486.586
Estoques	8	1.660.685	1.086.944	1.851.020	1.168.936
Impostos a compensar	9	379.476	256.717	441.818	325.868
Impostos diferidos	22	129.561	32.533	132.969	35.992
Outros créditos		84.269	80.516	98.255	130.641
Total do ativo circulante		4.503.360	2.533.451	7.637.176	4.981.248
Não circulante					
Aplicações financeiras	6				
- Títulos disponíveis para venda		270.332	180.111	270.332	180.111
Impostos a compensar	9	282.502	163.752	352.168	165.225
Impostos diferidos	22	760.381	95.375	728.597	95.375
Depósitos judiciais	17	40.693	41.782	41.609	42.004
Partes relacionadas	10	1.845.098	5.280	-	-
Adiantamentos a fornecedores		61.693	61.753	61.693	61.753
Outros créditos		78.740	25.721	85.383	30.392
Investimentos	11	588.654	2.038.992	15.304	2.123
Imobilizado	12	3.906.750	2.731.851	4.199.901	2.881.748
Diferido	13	82.274	75.123	128.715	82.572
Ativos intangíveis	14	137.671	102.300	138.113	102.368
Total do ativo não circulante		8.054.788	5.522.040	6.021.815	3.643.671
Total		12.558.148	8.055.491	13.658.991	8.624.919
Passivo					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2008	2007	2008	2007
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	3.896.045	448.223	4.164.391	980.327
Valores a pagar de contratos futuros	23	295.241	10.949	2.777.054	69.274
Fornecedores		906.091	583.965	918.687	593.951
Adiantamentos de controladas	10	934.727	1.169.098	-	-
Salários, férias e encargos a pagar		147.479	128.432	154.587	132.500
Impostos e contribuições a recolher		35.414	51.109	57.661	65.859
Dividendos a distribuir	18	3.901	135.666	3.901	135.666
Participação de empregados nos resultados	20	-	742.15	9.866	82.346
Impostos diferidos	22	10.861	10.969	12.907	10.969
Outras obrigações		222.310	137.202	318.963	195.055
Total do passivo circulante		6.452.069	2.749.828	8.418.017	2.265.947
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	1.938.849	1.170.111	4.384.745	2.688.115
Adiantamentos de controladas	10	3.522.560	624.029	-	-
Plano de benefícios a empregados	25	118.295	107.418	118.295	107.418
Contingências	17	51.811	51.870	55.517	66.794
Impostos diferidos	22	97.753	98.725	120.931	216.607
Plano de opções de compra de ações	19	8.067	14.763	8.067	14.763
Outras obrigações		90.610	48.214	88.580	46.840
Total do passivo não circulante		5.827.945	2.115.130	4.776.135	3.140.537
Participação de acionistas não controladores				53.955	34.599
Patrimônio líquido	18				
Capital social		2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000
Reservas de capital		-	1.650	-	1.650
Reservas de lucros		-	980.828	-	980.828
Ações em tesouraria		(97.064)	(84.118)	(97.064)	(84.118)
Ajustes de avaliação patrimonial		(85.545)	228.830	44.994	228.830
Ajustes acumulados de conversão		(11.718)	-	(11.718)	-
Resultados acumulados		(1.527.539)	63.343	(1.525.328)	56.646
		278.134	3.190.533	410.884	3.183.836
Total		12.558.148	8.055.491	13.658.991	8.624.919

ANEXO G

SADIA S.A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Nota	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Receita operacional bruta	11.275.065	9.122.842	12.191.896	9.909.973
Mercado interno	6.519.102	5.316.561	6.606.836	5.319.918
Mercado externo	4.755.963	3.806.281	5.585.060	4.590.055
Deduções da receita bruta	(1.287.874)	(1.065.220)	(1.463.254)	(1.201.832)
Receita operacional líquida	9.987.191	8.057.622	10.728.642	8.708.141
Custos dos produtos vendidos	(8.083.512)	(6.284.379)	(8.109.377)	(6.312.130)
Lucro bruto	1.903.679	1.773.243	2.619.265	2.396.011
Despesas com vendas	(1.560.515)	(1.330.507)	(1.727.067)	(1.464.262)
Despesas administrativas	(132.758)	(97.639)	(139.197)	(97.088)
Honorários dos administradores	(20.165)	(16.433)	(20.165)	(16.433)
Outros resultados operacionais	(2.922)	5.135	(5.901)	8.352
Resultado financeiro líquido	21 (2.262.743)	3.719	(3.892.336)	132.042
Resultado de equivalência patrimonial	11 (1.119.964)	549.010	(2.927)	4.966
Participação de empregados nos resultados	20 (4.933)	(742.17)	(17.833)	(83.128)
Outros resultados não recorrentes	(9.715)	(13.461)	(11.689)	(13.156)
Resultado antes de impostos e participações	(3.210.036)	798.850	(3.197.850)	867.304
Imposto de renda e contribuição social do exercício	22 (2.754)	(8.682)	(26.475)	(76.581)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22 719.047	(22.859)	729.233	(23.391)
Resultado antes das participações dos acionistas				
não controladores	(2.493.743)	767.309	(2.495.092)	767.332
Participação de acionistas não controladores	-	-	10.258	1.016
Resultado líquido do exercício	(2.493.743)	767.309	(2.484.834)	768.348
Lucro/(prejuízo) líquido por lote de mil ações em circulação				
no final do exercício, em Reais	(3.705,68)	1.140,57		